

SESSÕES DO PLENÁRIO

27ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial, com o objetivo de discutir a reforma da Previdência e os impactos na Bahia, proposta pela Mesa Diretora da Assembleia, destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 6-A/2019, do Poder Executivo, que modifica o sistema de Previdência Social, estabelece regras de transição e disposições transitórias à PEC 006/2019.

Eu convido para compor a Mesa o 3º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Fabrício Falcão, que teve uma atuação importante para que esse evento hoje se concretizasse. Parabéns pela atuação, meu prezado amigo, deputado Fabrício; quero convidar e agradecer muito a presença do presidente da Comissão Especial da PEC da Reforma da Previdência, da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos; convidar o líder do PCdoB e coordenador da bancada baiana, deputado Daniel Almeida. Quero, inclusive, deputado, lhe agradecer de público pela mediação. Se temos, aqui, hoje, a presença do nosso querido presidente Marcelo Ramos, foi graças a uma articulação formulada pelo deputado Daniel Almeida; quero convidar a minha amiga deputada federal Alice Portugal.

Quero convidar o Sr. Promotor de Justiça, Paulo Modesto, que neste ato representa a procuradora-geral de Justiça, Ediene Lousado; o Sr. Defensor Público-Geral, Rafson Ximenes; a Sr.^a Presidente da Comissão Especial de Apoio à Advocacia perante a Justiça Federal e Juizados Especiais Federais, da Ordem dos Advogados da Bahia, Anna Carla Fracalossi; nosso querido amigo, prefeito da cidade de Feira de Santana, Colbert Martins; o Sr. Presidente da Fetag, João da Cruz; o Sr. Presidente do Sindicato dos Bancários, Augusto Vasconcelos; a Sr.^a Supervisora Regional do DIEESE, Ana Georgina Dias; a Sr.^a Secretária de Políticas Sociais da Contag, Ediane Rodrigues; o Sr. Representante da CTB, Aurino Pedreira; o Sr. Presidente da APLB, Rui Oliveira.

Composta a Mesa, eu convido todos os presentes para ouvirmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Eu queria cumprimentar a todos, externar à alegria por tê-los aqui em nossa Casa, agradecer, sobretudo, a presença do presidente da Comissão Especial da PEC

da Previdência, o nosso prezado deputado federal Marcelo Ramos. Registrar as presenças dos deputados Bobô e do meu colega de partido Robinho.

A reforma da Previdência, sem sombra de dúvidas, é algo extremamente importante para o nosso futuro. Nós estamos extremamente esperançosos, esperando que possamos ter um texto que não atinja, sobretudo, as pessoas mais humildes e carentes do Brasil. Entendemos, presidente, que a reforma da Previdência é importante. Mais que importante, ela é imperiosa e necessária.

Eu fui relator do Orçamento da Bahia, na última década, por oito vezes. Nós aportamos aqui quase R\$ 5 bilhões por ano, e esses recursos poderiam estar sendo investidos em infraestrutura, em saúde e em educação. Mas o que nós não podemos e não iremos aceitar é que essa conta recaia sobre o lombo do pobre, que já passa por uma situação tão complicada. Essa conta não pode ser paga pelos velhinhos, essa conta não pode ser paga pelos deficientes, essa conta não pode ser paga por quem menos tem.

Hoje, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas demonstra que a desigualdade bate recorde e tem o 17º semestre de aumento. Nessa série histórica dos últimos 7 anos, temos o maior índice de desigualdade que já enfrentamos. Imaginem, senhores, se nós diminuirmos o BPC — que é o Benefício de Prestação Continuada — de um salário mínimo para R\$ 400,00 e se nós mexermos com a aposentadoria do trabalhador rural... Esses dois itens são fundamentais, presidente, não apenas para se ter justiça social, mas, sobretudo, para a economia de 313 dos 417 municípios baianos.

Para V. Ex.^a ter noção, o BPC e a aposentadoria rural injetam mais recursos nas cidades do que o Fundo de Participação dos Municípios. Se no Nordeste é assim, no Norte não vai ser diferente. Nós tivemos, em São Luís, o encontro dos presidentes das assembleias do Nordeste, debatendo algumas situações que são importantes, como a preservação das instituições que fazem investimento aqui na nossa região, como: o Banco do Nordeste, o DNOCS, a Codevasf, enfim, parceiros aqui do Nordeste. Fizemos uma carta, lá, de São Luís, que toca justamente na Previdência e na preservação dos órgãos, e fomos levar ao presidente do Senado, que é da sua região, o senador Davi Alcolumbre. Ele coloca que as pautas do Norte são as mesmas pautas do Nordeste. Então, aqui, a Previdência, além de fazer parte do equilíbrio social, ela também ajuda muito na nossa economia.

Temos uma preocupação muito grande com outros dois pontos: a capitalização, que foi implementada no Chile há 37 anos, onde 80% dos aposentados recebem menos de um salário mínimo — olhe que a economia do Chile é mais consolidada do que a nossa, não passa por essa insegurança que nós estamos vivendo. Imaginem cada um ter que fazer a sua própria poupança. Se você passa por um período de desemprego, por um período de dificuldade econômica, essa condição de aposentadoria vai se estendendo, e quando você conseguir se aposentar, com certeza vai estar muito distante de um salário mínimo.

O último ponto que nós estamos colocando é tirar da Constituição. É uma perda histórica para a gente. Eu não vejo uma vantagem, uma única vantagem de

desconstitucionalizar a Previdência. Isso, no futuro, presidente, vai transformar a Previdência, que é algo sério, é algo que tem uma credibilidade muito grande, e que vai acabar se transformando numa verdadeira colcha de retalhos, Fabrício Falcão. Cada um vai querer dar o seu palpite, e é muito fácil de ser conseguida a maioria simples no Congresso. Vai virar um verdadeiro transtorno para a população brasileira.

Então, colocados esses quatro pontos, acho que todo mundo está convergindo para eles. Espero que a gente possa mostrar para os deputados e senadores a importância do que nós estamos pautando e colocando.

No mais, eu queria agradecer a presença do presidente, que foi extremamente solícito. Este debate é fundamental e importantíssimo. Essa proximidade da Câmara com as Assembleias Legislativas nos ajuda e muito, porque nós somos a voz dos quatro cantos deste nosso estado aqui. As outras assembleias também vão ter oportunidade de ter um debate muito mais rico, muito mais aprofundado.

Nós todos, aqui, estamos muito apreensivos. A semana que passou foi uma semana muito tumultuada, muito complicada. Neste momento, nós estamos precisando de muita tranquilidade e serenidade, e, sobretudo, de comprometimento com o futuro do nosso país, do nosso Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos e iniciar as nossas falas concedendo a palavra ao nosso 3º vice-presidente da Assembleia, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Bom dia a todos, bom dia a todas. Ex.^{mo} Sr. Presidente, deputado Nelson Leal, que muito nos representa, obrigado por ter aceito, junto com toda a Casa, esta sessão; Sr. Deputado Marcelo Ramos, presidente da Comissão Especial da Reforma, obrigado por estar aqui hoje, sei que sua vida não está fácil lá em Brasília; deputado amigo querido, líder do PCdoB e líder da bancada baiana dos deputados federais, deputado Daniel Almeida; a Sr.^a Deputada Alice Portugal, minha amiga de muitos anos; Sr. Promotor de Justiça Dr. Paulo Modesto, que aqui representa a Dr.^a Ediene Lousado; Sr. Defensor Público, amigo querido, Dr. Rafson Ximenes; Sr.^a Presidente da Comissão Especial de Apoio à Advocacia perante a Justiça Federal e Juizados Especiais Federais, Dr.^a Anna Carla; Sr. Prefeito de Feira de Santana, meu conterrâneo, Colbert Martins, apesar de ser votado por Vitória da Conquista, nasci naquela cidade; Sr. Presidente da Fetag, João da Cruz, a quem estendo cumprimento ao ex-presidente Cláudio Bastos e ao ex-presidente José Doutor, amigos queridos; Sr. Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Augusto Vasconcelos; Sr.^a Supervisora Regional do Dieese, Dr.^a Ana Georgina; Sr.^a Secretária de Políticas Sociais da Contag, Edjane Rodrigues; Sr. Presidente da CTB, Aurino Pereira; Sr. presidente da APLB, Rui Oliveira; demais representantes de entidades, vereadores – aqui estou vendo o vereador Ceçula, presidente da Câmara de Itambé; saúdo todos os vereadores em nome dele –; todos os prefeitos, na figura do prefeito Colbert; amigos e amigas.

Serei breve porque sei que muitas pessoas querem falar. Para mim foi um prazer ter, junto com Daniel, proposto esta sessão, e aqui o presidente acatado como uma sessão da Casa.

Aqui estão entidades, a CUT, Nova Central, Contag, Fetag, APLB, outros sindicatos, buscando discutir este assunto, que é um assunto da máxima urgência e importância de discussão no Brasil. Já estive em vários municípios discutindo este assunto. Na sexta-feira, estava ali junto com o Sindicato dos Trabalhadores de Piatã, na Câmara de Vereadores, discutindo este assunto da Previdência.

As reformas são necessárias, é necessário termos a reforma da Previdência. É necessário que as leis sejam reformadas de tempos em tempos – para isso existe a Casa das Leis: para criar as leis –, e, com o tempo, a evolução, as transformações da sociedade, elas sejam aperfeiçoadas.

A reforma da Previdência é um bem e um mal necessários, por conta do avanço da idade e de uma série de avanços. O que não podemos permitir é que esta reforma recaia sobre aqueles que menos têm. Ela não pode recair sobre aqueles que, ao longo da história, desde a formação, quando aqui chegaram os portugueses, nunca tiveram acesso a direitos. Não podemos negar o BPC, que é de uma importância fundamental àqueles que foram jogados pelo limbo da história a não ter direito a ter direitos. A não ter direito à escola, à moradia, a não ter direito à terra, a não ter direito à educação.

Em Piatã, um jovem estava defendendo a reforma. Eu falei que ele só podia ser rico ao defender o BPC a R\$ 400,00 e que o trabalhador rural contribuísse. Eu falei para ele: é diferente o meu filho, hoje, que tem um pai com uma boa situação e pode estudar até 22, 23 anos, fazendo faculdade, de um trabalhador, de uma trabalhadora rural. Eu que fui assessor da Fetag, durante muitos anos, na roça a gente começa a trabalhar com 9, 10 anos de idade. É muito diferente. Não podemos querer cobrar desses, que seja jogada a carga da reforma neles. Temos que jogar a carga naqueles que mais ganham, naqueles que se aposentam com hipersalários. E aqui falou o deputado Nelson, a desigualdade só aumenta: o fosso entre os que mais ganham e os que menos ganham.

Não podemos jogar isso para que a Previdência Social, como ela é – que é um avanço da Constituição democrática de 1988 –, seja jogada nos trabalhadores, porque, por exemplo, o que é a capitalização? A capitalização é uma forma de quê? Você acaba com a Previdência, ela passa a ser um regime privado em que o ente privado deixa de dar sua contribuição e apenas o trabalhador contribui. Aí você coloca aqui um trabalhador que ganha mil reais por mês: vai pagar 14%, R\$ 140,00 por mês. Multiplica-se por 12 meses, ele vai contribuir com o banco privado com R\$ 1.680,00. Ao longo de 30 anos, ele guardou R\$ 50 mil. Se ele viver mais ou menos 15 anos, 180 meses, você vai dividir isso aqui por 180 meses, pasmem, e ele vai ter R\$ 280,00 para receber mensalmente de aposentadoria. É isso que é a capitalização, como ocorre no Chile, que elevou a miséria para o trabalhador pobre a patamares estratosféricos. Ou seja, o empregador deixa de contribuir, dizendo que esse dinheiro vai para gerar emprego, como fez na reforma trabalhista do Temer, que até agora em vez de gerar emprego gerou mais desemprego.

O que está se querendo, na verdade, é acabar com o sistema público de Previdência, entregar o dinheiro dos trabalhadores ao setor privado para que ele gerencie. Claro, isso é muito bom, mas é bom para o Guedes, que é um homem que vem do mercado financeiro e participou e estudou o que foi a capitalização no Chile através do Chicago Boys, a escola de economia de Chicago, que é ultraliberal, e trazer para o Brasil, aumentando, ainda mais, o abismo entre aqueles que muito têm, que são poucos, e os que nada têm, que são muitos.

A Previdência rural é responsável maior pela economia de mais de 370 municípios da Bahia. O prefeito de Piatã, conversando comigo, na sexta-feira, disse que a Previdência rural lá é quase 70% maior do que o FPM. E isso é na Bahia inteira. Quando eu fiz meu final de curso de Geografia – ali o ex-presidente da Fetag Cláudio, que sabe disso –, fiz a minha tese de conclusão de curso sobre “*O Impacto dos Trabalhadores Rurais para a Economia de Bom Jesus da Serra*”. É algo assombroso. As feiras funcionam quando tem o pagamento do trabalhador rural. É o caos dos municípios de todo Norte/Nordeste, uma parte do Brasil. É o mecanismo de manter o cidadão no seu local de origem, de segurar a economia de um estado pobre, como a Bahia.

Então, a reforma tem que ser feita partindo do princípio de atingir os salários milionários do Poder Judiciário – do qual não se fala –, da magistratura de uma forma geral, do alto Executivo, do alto Legislativo, das Forças Armadas. Mas se quer falar que é o trabalhador braçal, que é o homem do campo, que é o BPC, que é o homem que trabalha no comércio ali, para ganhar um mísero salário mínimo, que vão trazer economia.

Agora, um outro aspecto, que eu queria encerrar, perguntando ao presidente: presidente, com o regime de capitalização e com o fim da contribuição do agente produtivo, que é o empregador, terá apenas a parte do trabalhador que vai para um banco privado. Hoje, eu, Fabrício, professor do estado, da rede pública da Bahia – deputado de passagem, mas sou professor do estado da Bahia –, pago para aquele que vai se aposentar amanhã. Amanhã quando eu me aposentar, os que estarão na ativa pagarão para mim. Com o fim disso, quem pagará para outros se aposentarem? Será que o estado não vai gastar mais do que esse trilhão?

Por que o Estado não cobra os mais de 500 bilhões que o setor privado deve à Previdência e não paga?

Então, não seremos nós trabalhadores que vamos pagar pela Previdência da forma que ele quer. Não vamos pagar por empresas multinacionais que devem mais de 500 bilhões. E não vamos pagar pela asneira de um governo que até agora, já com quase 6 meses, não sabe ainda que tomou posse como presidente e vive apenas como blogueiro em redes sociais.

Prazer, presidente. Obrigado por eu estar aqui. Saudações a todos e vamos à luta. E a reforma da forma que está não passará.

Um abraço. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Convido para se pronunciar, o presidente da Comissão Especial da PEC da Reforma da Previdência, da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos.

O Sr. MARCELO RAMOS: Bom dia a todos e a todas. Primeiro quero manifestar minha alegria, como amazonense, de estar aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, a convite do deputado Daniel Almeida, da deputada Alice Portugal, do deputado Fabrício, do deputado Nelson. Quero, em nome deles, saudar a todos e todas que compõem a Mesa e a todos que participam desta sessão.

Vou fazer uma apresentação bastante rápida, para que eu possa ouvir mais e ao final fazer algumas considerações em relação a perguntas.

E eu quero começar a minha fala pelo que terminou o deputado Fabrício. O deputado Fabrício fala da responsabilidade geracional de um sistema previdenciário de repartição, como o nosso.

No nosso sistema de repartição, nós contribuímos para que as próximas gerações possam receber as suas aposentadorias. E é justamente por uma questão geracional que nós precisamos fazer alguma coisa. Não necessariamente o que está proposto na Câmara dos Deputados, mas nós precisamos fazer alguma coisa, porque assim como a capitalização como proposta é um cheque em branco, deputado Fabrício, na medida em que até hoje o governo não disse quanto é a conta do estoque – porque você passaria para um sistema de capitalização pura, sem contribuição patronal, sem contribuição dos empregados, para o regime geral INSS ou para os regimes próprios. Mas você ainda teria milhares de aposentados nesses regimes –, o governo não diz quanto é essa conta e muito menos quem vai pagar. E justamente por isso há, não uma unanimidade, mas uma esmagadora maioria de partidos e, conseqüentemente, de deputados na Câmara dos Deputados que já manifestaram-se contra esse regime puro de capitalização. E eu posso garantir que o regime de capitalização, deputado Fabrício, como está proposto na PEC 06, ele não passará na Câmara dos Deputados.

Mas pelo mesmo argumento de V. Ex.^a, eu preciso dizer que não fazer nada também não é uma hipótese, por uma questão geracional. Nós podemos decidir não fazer nada, e seria decidir que a nossa geração estaria garantida, mas as próximas gerações estariam comprometidas.

O Brasil já gasta 59% da sua receita com Previdência. Em 2026 gastará 79% com Previdência. Se nós projetarmos 20 anos na frente, nós estamos falando num comprometimento de 100% da receita com Previdência e de um país que virará uma grande folha de pagamento, sem nenhuma capacidade de investimento.

Então, alguma coisa precisa ser feita. O Brasil precisa de um ajuste fiscal. E tanto precisa que todos os governos, nos últimos anos, fizeram. Absolutamente todos. O presidente Lula fez uma reforma da Previdência em 2003, a presidente Dilma fez uma reforma da Previdência dura em 2013, que levou todos os servidores públicos para as regras do regime geral de Previdência, teto de R\$ 5 mil, teto do INSS. E o ex-presidente Fernando Henrique tentou fazer uma reforma que definiria a idade mínima

e perdeu por 1 voto. E nós estamos voltando, 23 anos depois, para discutir novamente a idade mínima.

Idade mínima é um tema que nós precisamos refletir por uma questão geracional. Em 1940, a idade média do brasileiro era de 40 anos. Hoje a idade média do brasileiro é de 75 anos. Portanto, você não pode ter a mesma regra de 1940 na aposentadoria de hoje, porque você compromete o cálculo atuarial. Aposentadoria não é uma cesta de bondades. A Previdência é fruto de um cálculo atuarial, em que alguns contribuem para que outros recebam.

Quando você tem menos gente contribuindo – por conta da mudança etária do nosso país e, também por conta, de uma grave crise econômica a que nós estamos submetidos, que gera muito desemprego e muita informalidade –, diminuem as contribuições previdenciárias. Então quando você tem menos gente contribuindo e quando quem recebe está vivendo mais, obviamente se compromete o cálculo atuarial. E é justamente esse esforço para alcançar o equilíbrio que ajude no ajuste fiscal sem comprometer as pessoas mais humildes que nós temos feito dentro da Câmara dos Deputados.

Quero aqui registrar, novamente, a atitude vigilante e, absolutamente, dedicada dos deputados Daniel Almeida e Alice Portugal que estão o tempo inteiro procurando defender os interesses dos trabalhadores. (Palmas)

Nós temos divergências pontuais sobre o conteúdo da matéria, isso é democrático, é legítimo, mas eu preciso fazer esse reconhecimento de público, da dedicação que esses dois deputados têm desempenhado na Comissão Especial da Reforma da Previdência e, se as coisas não estão acontecendo de forma atropelada, se as coisas não estão acontecendo de forma antidemocrática, de forma açodada é muito fruto do trabalho, da luta, e da resistência desses dois deputados, dentro da Comissão Especial e, eu preciso fazer este registro. Mas vejam só, nós temos que buscar o justo equilíbrio entre garantir um ajuste fiscal necessário para o país por um lado e por outro lado não atingir as pessoas mais humildes.

Eu costumo contrapor dois discursos. Primeiro, o discurso de que não há *déficit* da previdência. E se você pegar as contribuições e quanto a previdência gasta, é óbvio que há um *déficit*. Mas alguns trazem a conta inteira para dentro da seguridade social, trazem todo o recurso de seguridade social e, trazem o que gasta com previdência. Se você retirar os recursos da DRU, desvinculação de receita da união, aí você não tem um *déficit*, você tem um deficitzinho, um *déficit* bem pequeno.

Acontece que esses recursos da seguridade social eles não estão na nuvem. Eles estão aplicados em algum lugar. Eles estão no SUS, eles estão no seguro desemprego, então você pode até trazer a conta da previdência para dentro da conta da seguridade e dizer que não tem *déficit*, mas você tem que dizer de onde vai tirar. Vai tirar do SUS? Vai tirar do seguro desemprego? Vai tirar de que conta para cobrir o *déficit* que, efetivamente, existe exatamente no item previdência isolado? Primeiro isso. Mas tem dois discursos do governo, que eu acho que não são verdadeiros e precisam ser tratados com muita verdade com a população. O primeiro discurso é a

ideia de que aprovada a reforma da Previdência no outro dia o Brasil vai virar uma ilha de prosperidade e vai aparecer investimento de tudo quanto é canto. Isso não é verdade.

O Brasil vive, hoje, uma instabilidade política que contamina investimentos internos e externos e, além do mais, todos os economistas do Brasil consideram que o ano de 2019, do ponto de vista econômico, é um ano perdido com dificuldade de recuperação tanto do PIB quanto do índice de desemprego. Então, nós não podemos vender esta ilusão sob o risco de acontecer o que aconteceu com a reforma trabalhista, em que venderam uma ilusão como se só ela fosse capaz de resolver todos os males do país e, hoje, pagam uma conta porque os resultados não são imediatos, mas ela é um passo necessário. A Reforma da Previdência é um passo necessário para que a gente possa ter um futuro mais equilibrado e retomar o caminho de desenvolvimento e de prosperidade.

O segundo discurso que eu acho que não é justo de fazer com a população é dizer que a Reforma da Previdência é só para combater privilégios. Não, a Reforma da Previdência não é só para combater privilégios, porque se ela fosse só para combater privilégios você faria um recorte de que ela não atingiria ninguém que ganha até dois salários mínimos e aí, sim, você poderia dizer que é só para combater privilégios. Uma reforma que pede, ainda que um sacrifício menor, mas pede um sacrifício de quem ganha até dois salários mínimos por conta da ampliação da idade média, ela não é só para combater privilégios. Ela é para fazer ajuste fiscal, (palmas) ela é para – eu não sei nem se vocês vão concordar muito com a minha fala ao final – ela é para fazer ajuste fiscal, e nós precisamos falar a verdade para as pessoas.

O que é a Reforma da Previdência? É o país pedindo alguns sacrifícios, sacrifício menor para quem ganha menos, e maior para quem ganha mais, para que 12,7 milhões de pessoas que não ganham nada porque estão desempregadas, e 4,7 milhões de pessoas que não ganham nada porque são desalentados, aqueles que nem mais conseguem procurar emprego, possam ter a chance de ter alguma renda no futuro.

Agora, não dá para pedir esse tipo de sacrifício para trabalhadores rurais. Portanto, nós não concordamos com as alterações na regra de aposentadoria rural. Não dá para pedir esse sacrifício para idosos e deficientes de baixa renda. Portanto, não dá e nós não concordamos com a alteração das regras de benefício de prestação continuada, que, registre-se, nem Previdência é, é assistência social, porque não exige contraprestação. Você não precisa ter pago nada para receber um benefício de prestação continuada. E há, muito forte dentro da Câmara dos Deputados, a ideia de que, simbolicamente, nós deveremos proteger os professores e professoras que é uma categoria fundamental para o futuro, para o desenvolvimento do nosso país e simbólica. (Palmas)

Fora isso, desconstitucionalização, também já tem manifestação contrária da maioria dos partidos na Câmara dos Deputados, e capitalização, como proposto, também há sinalização contrária da maioria dos deputados.

Vejam só, o que é que estão propondo na capitalização? O que chamam de capitalização é mais ou menos uma poupança garantida. Não vai ter mais contribuição patronal, e cada empregado, cada trabalhador vai guardar um pouquinho da sua renda para lá na frente receber uma aposentadoria.

Você pedir que um trabalhador de salário mínimo tire um pouquinho da sua renda para poupar para receber na sua aposentadoria, ele vai morrer de fome antes de chegar a data de receber o benefício, porque a poupança vai ser retirada da mesa de comida dele.

Então, nós precisamos ter responsabilidade para encontrar um justo equilíbrio, mas para também entender que não fazer nada não é uma saída. Nós precisamos encontrar uma proposta, com um justo equilíbrio que possa ajudar o nosso país a sair desse momento de absurdo desequilíbrio fiscal.

O problema é muito mais grave, eu concluo dizendo isso: não é só a Previdência. O problema é que a Constituição de 88 criou um estado que não cabe dentro do orçamento. De 88 para cá, o estado só cresceu, o orçamento não cresceu na mesma proporção. Você tem algumas saídas para enfrentar isso: uma é aumentar imposto. O Brasil não aguenta mais aumento da carga tributária; a segunda, é retomar o caminho de desenvolvimento econômico para gerar mais riqueza e com a geração de mais riqueza aumentar o orçamento público; e o terceiro é cortar despesa, que é um esforço que, necessariamente, o nosso país e os estados precisam fazer neste momento da nossa vida de absoluta recessão e de absoluta desesperança.

Por fim, resta a questão dos estados e municípios, que é uma questão muito polêmica também na Câmara dos Deputados. Há uma corrente muito forte que entende que a Câmara Federal não pode legislar sobre regras específicas dos Regimes Próprios de Previdência dos estados e dos municípios. E, portanto, a Câmara Federal deveria legislar sobre regra geral e estabelecer um prazo para que estados e municípios definissem as regras específicas dos seus previdenciários.

Isso não é muito simples também, porque os estados teriam sérias dificuldades de enfrentar essa questão nas Assembleias Legislativas, os municípios mais ainda, por conta da proximidade do processo eleitoral municipal, mas eu sou daqueles – eu, aqui é uma posição pessoal minha, não da Comissão – que entendem que tem que ter alguma regra de embarque ou desembarque, porque a União não pode simplesmente legislar sobre regras impostas e específicas de Regimes Próprios de Previdência nos estados e municípios.

Eu vou ficar à disposição para ouvir a todos e a todas, fazer todas anotações e, se preciso for, volto ao final para algum esclarecimento.

Muito obrigado pela recepção. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós é que agradecemos sua presença aqui, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Queria convidar para fazer parte da nossa Mesa o presidente da Força Sindical, Emerson Gomes, e o Sr. Presidente da CUT, Cedro Silva. (Palmas) Registrar as presenças dos deputados Capitão Alden, Euclides Fernandes, Niltinho e Robinson Almeida Lula; da vereadora Aladilce; dos ex-deputados Vandilson Costa, Álvaro Gomes e Edson Pimenta.

Eu gostaria de passar a presidência dos trabalhos para o deputado Fabrício, pedir autorização, porque terei que ir à Governadoria, mas, assim que retornar, virei aqui para fazermos algumas perguntas para o nosso querido presidente da Comissão Especial, deputado Marcelo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gostaria de agradecer ao presidente Nelson Leal pela sua presença importante aqui, e de convidar para falar, pelo tempo de 7 minutos, o deputado federal Daniel Almeida.

O Sr. DANIEL ALMEIDA: Bom dia a todos e a todas, muito rapidamente porque sei que tem muita gente para falar e o tema é denso e as contribuições são sempre muito bem-vindas. Quero cumprimentar o deputado Fabrício Falcão, que preside esta sessão, e, em nome dele, cumprimentar todos da Bancada do PCdoB, que tiveram a iniciativa de sugerir esta sessão especial; o presidente da Assembleia, Nelson Leal, em nome dele todos os deputados e deputadas que acataram a iniciativa para realizar esta sessão conjunta; o presidente da Comissão Especial, deputado Marcelo Ramos, agradecer pela disponibilidade – agenda densa, de grandes demandas de viagem e de reuniões, de tratativas, e no primeiro contato que fiz ele disse prontamente, que tinha todo o interesse de vir aqui à Bahia. Então agradecer o esforço para cumprir esse papel de dialogar sobre o tema com os mais diversos segmentos da sociedade e das instituições.

Cumprimentar a minha colega, companheira Alice Portugal, que está brava lá na Comissão Especial, representando a Bancada, defendendo os interesses de uma Previdência pública, fortalecida e não dilapidada, não esvaziada, não destruída, como alguns imaginam, que devem ser o caminho.

Eu quero cumprimentar também o João da Cruz, e em nome dele todos os dirigentes sindicais da área rural aqui presentes, cumprimentando o Cedro eu cumprimento todas as centrais sindicais que também participam aqui desse nosso evento; cumprimentando a Georgina, eu cumprimento todos os técnicos que trazem esse debate rico, com dados, com elementos contundentes sobre o conteúdo da Reforma da Previdência.

Vejo aqui o suplente de deputado Cláudio Bastos, e em nome dele eu cumprimento ex-deputados que também participam aqui; lideranças do movimento rural, vejo ali o Júlio Bonfim, cumprimento ele, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, do sindicato operário lá da Ford, que tem uma participação fundamental na resistência, na luta; meu querido Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia. Dizer que recebi ontem à noite um telefonema do Samuel Moreira, que é o relator da Comissão Especial, que me disse do interesse em participar aqui também desta sessão, estava agendada essa possibilidade, mas ele me

falou da flexibilidade que a agenda dele tem que ser submetida. Cumprimento o Mário Negromonte Filho, deputado federal, que acaba de chegar.

E o Samuel ontem, madrugada, estava no Canal Livre da *TV Bandeirantes*, e hoje, logo cedo ele me disse que teria que se deslocar para Brasília para uma reunião na presidência da Câmara dos Deputados, exatamente para tratar desse assunto, e em função disso pediu que eu transmitisse aqui um forte abraço a cada um, dizer do compromisso dele de ouvir, de debater com cada Bancada, e nós já combinamos para uma presença dele na Bancada do PCdoB, exatamente para dialogar com as diversas Bancadas no Parlamento a respeito do tema Reforma da Previdência.

Como foi dito aqui, esse é o tema do dia, é um tema sempre presente. Eu estou no Congresso junto com Alice há 17 anos e todo início de legislatura se debate a necessidade de fazer reformas: reforma tributária, reforma política e reforma da Previdência estão sempre na agenda. Na cabeça de cada um tem um conteúdo, nunca existe convergência sobre o conteúdo. Tem gente que fala de Reforma da Previdência para destruir a Previdência, não para atualizar, não para reformar, não para fortalecê-la.

Eu penso que esse é um desses momentos. O projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados ele não passará, não pode passar, não pode prevalecer, porque ele destrói a Previdência pública! Por isso que todos afirmam que tem alguma reforma a ser feita e nós também concordamos com isso. Mas o conteúdo que está lá é fundamentalmente danoso à Previdência. A capitalização que estão propondo é para acabar com a Previdência pública! Não há qualquer dúvida a esse respeito, além do custo brutal que essa reforma provocaria para o próprio equilíbrio fiscal, para as próprias contas públicas no país. Ninguém faz conta da transição desse sistema atual para o chamado sistema de capitalização.

Hoje, está em todas as manchetes, o ministro diz que a capitalização é um instrumento para estimular a concorrência dos bancos, deixa claro que tem um objetivo, privilegiar o sistema financeiro que já é absolutamente privilegiado nesse país. Não há como entender, aceitar que numa economia com 4 anos de estagnação ou de recessão nós tenhamos um sistema financeiro intacto lucrando cada vez mais. Os resultados do primeiro trimestre já indicam que a lucratividade dos bancos longe de refluir, ela cresce. Por que isso? E nós queremos fazer uma reforma para fortalecer a participação desse setor na previdência pública, por isso que esses temas têm muita dificuldade de serem explicados. Capitalização, desconstitucionalização, BPC, trabalhador rural, professores, todos reconhecem que não há razão, não há justificativa, não há por que manter esses temas como temas relacionados a interesse da nossa sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A pergunta que sempre se faz para concluir meu tempo, é sobre quem pagará essa conta. Tem o desequilíbrio fiscal e quem pagará essa conta. Nós temos que discutir isso, nós temos que saber como Marcelo disse aqui que essa mágica que tentam apresentar que tudo está muito mal e tudo vai ficar muito bem se fizermos a Reforma da Previdência. Mentira. Essa conversa a gente já viu, isso não é verdadeiro,

não é verdadeiro, não é? De onde tirar o recurso para o equilíbrio fiscal? Se a economia crescer, tiver políticas par fazer a economia crescer esses problemas serão resolvidos. Então é a economia que tem que ser cuidada para dar conta de acabar com o *déficit* da Previdência, é o inverso do que eles estão propondo. De onde tirar? Nós pagamos de serviço da dívida no ano passado quase 400 bilhões e os juros no Brasil continuam nesse patamar. É aí que há uma grande sangria, as isenções tributárias, não se cobra dos ricos neste país. Rico não paga imposto, dividendos, nada disso se mexe, não se cobra dívidas que estão aí acumuladas há tanto tempo, é só olhar. As grandes empresas neste país têm dívidas e não se cobra.

Então, tem que tirar daí, de quem pode pagar, de quem efetivamente tem condição de pagar, tem que ter o equilíbrio a partir disso, não é tirando do mais pobre. E a proposta da previdência que está lá fala de uma economia, de um corte nesses gastos em 10 anos de R\$ 1.2 trilhões. E quando você olha lá, 715, se não me engano, o número preciso é esse, saem do Regime Geral de Previdência, daqueles que ganham até dois salários mínimos, mais 200 e poucos saem do BPC. E ainda querem tirar o abono que o trabalhador que ganha até dois salários mínimos recebe, que dá mais uns 200 e poucos.

Então, na verdade, essa proposta, ela retira exatamente do mais pobre. Mais de 90% desse corte seria dos mais pobres. Não pode. Essa reforma não pode ser feita desse jeito. Então nós queremos que esse debate seja ampliado de forma democrática como estamos fazendo aqui e quero parabenizar a Assembleia Legislativa, essa grande audiência, porque, ouvindo a população, ouvindo o Brasil, ouvindo as instituições, ouvindo os nossos trabalhadores, nós vamos encontrar um outro caminho para o Brasil. A economia não cresce, a crise se aprofunda, não por conta dos trabalhadores, não por conta de atividade econômica e o potencial que o país tem, a economia não cresce por causa de uma crise política, e quem está no comando do país tem demonstrado cada vez mais a sua incapacidade de encontrar caminhos para que o Brasil possa crescer e se desenvolver. Vai exatamente na contramão, o povo já começou a perceber isso, por isso tem ido às ruas, como foi agora no dia 15, como vai no dia 30 e como vai no dia 14 na grande greve geral.

Vamos à luta! E o Brasil tem caminho, tem futuro, tem esperança. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Depois da fala do nobre deputado Daniel Almeida, passo a palavra à nobre deputada baiana que faz parte da Comissão da Previdência em Brasília, a deputada federal Alice Portugal.

Antes de ela iniciar a sua fala, quero saudar Almir Pereira, presidente do Sindhotéis; José Santos, presidente da Câmara de Vereadores de Retirolândia; Gilmar, vereador de Santa Bárbara; Cláudio Rodrigues, vereador da Câmara de Lapão; Suede, vereador de Iraquara; Erenilton Sena, vereador de Utinga; Sivaldo Ceçula, já citei o vereador presidente da Câmara de Itambé e próximo prefeito; Priscila Nagem,

procuradora da PGE; Cláudio Gomes, secretário municipal da Saúde da Prefeitura de Retirolândia; Márcio Nei, presidente do PCdoB de Simões Filho.

Com a palavra a deputada Alice Portugal pelo tempo de até 7 minutos.

A Sr^a ALICE PORTUGAL: Bom dia a todas e todos, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o 3º vice-presidente, na presidência neste momento, da Assembleia Legislativa, deputado Fabrício Falcão; cumprimentá-lo pela iniciativa que seria no dia 16 e foi incorporado a esse convite pelo coordenador da bancada da Bahia ao presidente Marcelo Ramos, e faço, portanto, a minha saudação ao deputado Marcelo Ramos, jovem deputado do PR amazonense e que nos brinda com sua amplitude, sua disposição para o diálogo na presidência da Comissão; o nosso companheiro, deputado coordenador da bancada da Bahia, Daniel Almeida, meu parceiro de lutas; Sr. promotor de Justiça Paulo Modesto, que neste ato representa a procuradora-geral, Dr.^a Ediene Lousado – já assinei as emendas do Ministério Público; Sr. Defensor Público, parabéns pela assunção, Rafson Ximenes, a Defensoria também tem tido uma ação muito presente lá na Comissão; Sr.^a Presidenta da Comissão Especial de Apoio à Advocacia perante a Justiça Federal e Juizados Especiais da Bahia, Dr.^a Ana Carla Fracalossi; Sr. Prefeito da cidade de Feira de Santana Colbert Martins, em seu nome cumprimento os prefeitos presentes; Sr. Presidente da Fetag, companheiro João da Cruz, em seu nome abraço toda a militância dos trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais que sofrem os rigores desse texto; em especial cumprimento Cláudio Bastos, suplente de deputado estadual; Zé Doutor, vereador Cláudio, de Lapão, meus parceiros de muita luta; Sr. Presidente do Sindicato dos Bancários, Augusto Vasconcelos; Sr. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, aqui presente, companheiro Júlio e demais metalúrgicos e metalúrgicas presentes nesta sessão; Sr.^a Supervisora Regional do Dieese, Dr.^a Ana Georgina Dias, que tem sido uma batalhadora no esclarecimento do conteúdo da reforma; Sr.^a Secretária de Políticas Sociais da Contag, Edjane Rodrigues; representantes das centrais sindicais, meus companheiros Aurino Pedreira, da CTB, companheiro Cedro, da CUT, companheiro Magno, que já vi por aqui, da UGT; representantes da Força Sindical, presentes; presidente da APLB, companheiro Professor Rui Oliveira, que representa, também, um segmento profundamente atingido por esse texto, suplente de deputado estadual aqui presente.

E gostaria, também, de cumprimentar a vereadora Aladilce Souza, suplente de deputado, aqui presente entre nós; os ex-deputados Álvaro Gomes, Edson Pimenta, Vandilson Costa; vereadores presentes, querido Vagner, de Igrapiúna, aqui entre nós.

E, gostaria de saudar, depois é que vou começar a contar o tempo...(risos), os auxiliares técnicos de enfermagem, que fazem, hoje, o seu dia como o maior contingente de trabalhadores e trabalhadoras (palmas), deste país. A enfermagem brasileira tem 8 bilhões de trabalhadores que trabalham de pé, diuturnamente, carregam os hospitais nos ombros e estão, neste momento, premidos por essa reforma.

Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente da Assembleia, companheiros e companheiras, esse texto não nos interessa. Como representante do PCdoB, como titular na Comissão de Previdência Social, tenho estudado essa matéria durante anos. Previdência é uma matéria fina, é sim, não somente um cálculo atuarial, porque por traz do cálculo atuarial, existem pessoas. A previdência nasce das caixas solidárias, dos trabalhadores do início do século XX, quando sem nenhuma assistência, lutando para diminuir de 16 horas para 12 horas a sua jornada de trabalho, os trabalhadores faziam as velhas e atuais caixinhas que a gente põe para tirar e se alguém falta a caixa quebra, porque o estado não dava atenção qualquer aos trabalhadores públicos ou privados.

Naquele período, o Brasil não tinha lei trabalhistas. Somente no fim da década de 30, da década de 40 é que as primeiras leis trabalhistas foram consolidadas e estão sendo destruídas pelo ultraliberalismo instituído no Brasil a partir do golpe dado contra a democracia com o impeachment de Dilma Rousseff.

A CLT foi derrotada por Temer e esse antigoverno, o mais extremista e antinacional dos governos de Jair Bolsonaro, lamentavelmente, quer acabar com a Previdência Social.

A capitalização é o fim da Previdência, não é um problema de dar jeito na capitalização. A capitalização acaba um tecido previdenciário, essa caixa solidária, esse pacto entre gerações que você contribui quando está rijo para como de maneira sábia diz a nossa população: para o fim da sua capacidade laboral ou um acidente, ou um adoecimento, ou a falta do provedor ou da provedora da família, você gozar a sua aposentadoria.

E, isso só é possível, não, porque, é um país de coitadinho, um país previdenciário. Isso se dá porque isso é direito. Isso é, no mínimo, humanizado você ter o seguro social mínimo possível para a capacidade de sobrevivência do ser humano, para a diminuição do rigor da crueldade do mundo do capital.

E assim o constituinte de 88 legislou. Legislou fazendo o sistema solidário. Contribui o patrão, contribui o trabalhador e contribui o estado. O estado com uma cesta de impostos. Esse sistema solidário monta o arquétipo da seguridade social, que é saúde, assistência e previdência.

Mas a gente fala do cálculo atuarial e não pode deixar de falar que o problema da construção da crise do Brasil se dá, fundamentalmente, porque: primeiro, a Emenda Constitucional 95 retira de pronto, e de maneira inegociável, 20 anos, 20 anos de investimento, 20 anos de investimento em todos os setores do país e do estado brasileiro.

Segundo, porque a dívida com os bancos, que é uma dívida oculta, porque nós não sabemos, hoje, qual é o valor, faz com que o Brasil compre moedas podres dos bancos e coloque para dentro da economia a condição de devedora de 41% do orçamento da União.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Aí, é claro, a Previdência pesa, pesa porque há uma crise construída. Pesa porque há uma subtração, confisco de investimento através da Emenda Constitucional

95. E pesa, agora, sobre os ombros dos trabalhadores ter que dar solução ao que uma reforma tributária e uma auditoria da dívida deveriam fazer.

Então, antes de fazer a reforma da Previdência, deveríamos fazer a reforma tributária, tributando lucros e dividendos, porque o Brasil, e caminho para a finalização (palmas), é o único país do mundo... aliás, o Brasil e a Estônia não taxam lucros e dividendos dos investidores. Além da Estônia, apenas o Brasil!

Porque é necessário se taxar grandes fortunas. Porque é necessário pegar o espólio de fortunas sem herdeiros e jogar no caixa da Previdência. É preciso botar a expertise do Ministério Público, da Polícia Federal atrás dos devedores, dos sonegadores da Previdência Social. (Palmas) A Varig, a Transbrasil, a Vasp, o Banco Econômico, todos trabalharam seus espólios, inclusive falimentares, mas não pagaram o que deviam à Previdência. A União não paga o que deve à Previdência na construção de Brasília, de Itaipu, da Transamazônica, já fechada pela floresta. Então, muita gente tirou dessa caixa, e agora querem que apenas nós coloquemos nessa caixa?!

Por isso, presidente, fico feliz por sua vinda a uma sessão da Assembleia, colaborada pela bancada de deputados federais da Bahia. Mas quero lhe convidar para uma nova vinda, oficial, da comissão, aprovada no âmbito da comissão, para que nós possamos já discutir a nova proposta que está em andamento pelo centro político do país.

E eu acho que devemos ter juízo, fazer com que o centro político no Parlamento se una à esquerda em defesa do tecido democrático. Porque o que está em jogo no Brasil não é somente a reforma da Previdência e o futuro dos trabalhadores brasileiros, o que está em jogo é o futuro da democracia. Porque para aqueles que defendem, com um escárnio tão grande, o fim dos direitos sociais V. Ex.^{as} também não são bem-vindos.

Então, nós precisamos fazer essa construção, essa construção mediada, mas não para aprovar esse texto. E não para aprovar qualquer reforma antes de uma análise profunda sobre isso que eu acabo de falar, o preâmbulo de uma reforma tributária, o preâmbulo do debate sobre a dívida pública e o preâmbulo sobre as relações trabalhistas, que precisam ser novamente vistas em nosso país na medida em que estamos em desregulamentação concreta e completa.

Está aí, são 12,5 milhões de desempregados, são 5 milhões e tanto de desalentados. E o caixa da Previdência não terá um problema relacionado às contribuições. O problema, presidente Marcelo Ramos, será a falta de contribuições. Porque com tantos desempregados e desalentados, com tanta informalidade, trabalho intermitente, falta de qualquer cobertor protetivo ao mundo do trabalho a Previdência deixará de existir. Por isso tem sido essa a minha posição: não a essa reforma.

E, neste momento, antes de qualquer reforma, reforma tributária. Espero que a comissão e o plenário da Câmara (palmas), tenham uma visão clara de não se permitir cair no devaneio de que os servidores públicos são uns privilegiados. Você vai ter meia dúzia, 0,5%, 0,25% de incorporações indecentes.

É preciso também esclarecer o que é a aposentadoria do deputado. Porque nesta Casa, desde 1999, depois de Luís Eduardo Magalhães ter se aposentado com dois mandatos, nós acabamos com a imoralidade. São 35 anos de contribuição, pela média, igualzinho. Agora, paga-se o instituto próprio, auditado, que custa muito caro. E nem se pode pagar. Todos os deputados não podem pagar. Eu, de cinco mandatos, paguei somente dois, caminhando para o terceiro. Então, é necessário esclarecer à sociedade. O servidor vai para 22% de alíquota por esse texto, vai ser confisco salarial, um outro Imposto de Renda.

Por isso eu passaria 1 hora, mas não posso.

Quero dizer, Fabrício, parabéns pela iniciativa. E quero conclamar o presidente Marcelo Ramos para ouvir os corações baianos, presidente Marcelo, ouvir os corações da Bahia que batem neste momento para a manutenção da reforma solidária e que dê ao povo brasileiro, que em sua maioria é pobre, o mínimo de segurança social para depois que sua capacidade laboral se extenue e que sua família precise da sua contribuição *post mortem*.

Portanto, estaremos firmes na luta da defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a capitalização, que será o fim da aposentadoria.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gostaria de registrar a presença do vereador de Gavião, Júlio; de José Boaventura, presidente do Sindicato dos Vigilantes da Bahia; Márcio Fatel da Federação dos Comerciantes da Bahia; Roberto Miguel, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Edson Cruz dos Santos, presidente da Fetracon; do nobre colega deputado Zé Cocá; deputado Alan Sanches, amigo querido.

E vou pedir só que os demais oradores possam respeitar o uso da fala, porque teremos uma outra sessão agora à tarde, às 14 horas, e nós vamos ter que recompor o plenário, organizar para uma outra sessão agora à tarde. Então, por isso, peço que possamos, aqui,...

Meu amigo Jabes Ribeiro, aqui presente! Também saudar Jabes!

Quero convidar, agora, para usar da palavra, o Dr. Rafson Ximenes, defensor público-geral do estado da Bahia, amigo querido, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. RAFSON XIMENES: Bom dia a todas e a todos.

Eu vou economizar nos cumprimentos para tentar poupar um pouco o tempo. Mas queria cumprimentar a Mesa nas pessoas do Ex.^{mo} Deputado Fabrício Falcão, que preside e que é um grande amigo da Defensoria Pública; e do Ex.^{mo} Deputado Marcelo Ramos, que preside essa comissão importante neste momento histórico e importante do país. E já lhe parablenizo, deputado, pela coragem em assumir um encargo como esse, porque eu sei o quanto deve ser doloroso, o quanto é difícil chegar a essa equação que se procura.

Mas eu queria aproveitar esse espaço de fala para falar sobre duas visões sobre o que se discute aqui que eu passo a ter a partir do trabalho na Defensoria Pública.

A primeira visão é a da população que vai ser afetada por essa proposta de reforma. E, nesse ponto, eu queria dizer que talvez fuja à realidade de alguns dos parlamentares, dos ministros quando discutem essa proposta, mas não foge do dia a dia de quem vive atendendo à população. A primeira coisa é: a pobreza envelhece, os trabalhos mais desvalorizados envelhecem. É comum, no trabalho na Defensoria Pública, atender a uma pessoa que chega procurando qualquer atendimento jurídico e você imaginar que ela tem 70, 80 anos e ela tem 40, porque isso é a marca da exploração do trabalho. E essas pessoas não podem perder.

Existem algumas demandas que chegam à Defensoria Pública que não têm relação direta com a Previdência, mas que quem conhece um pouco mais a fundo percebe o quanto a renda da aposentadoria é importante para a população. É incontável a quantidade de pessoas que procuram retificar os seus registros já com 60, 70 anos para poder se aposentar. Elas passaram a vida inteira com a idade errada na certidão de nascimento. Isso nunca as incomodou a esse ponto, mas na hora de se aposentar elas procuram.

A quantidade de pessoas que cuidam de adultos que são incapazes, são curadores, e que passam a pedir para deixar de cuidar com medo de perder a renda da aposentadoria... Essas pessoas não podem perder.

E uma outra questão que sempre é colocada quando se fala da Previdência, e que me preocupa bastante, é a forma como se responsabiliza o serviço público pelos males do país; a forma injusta e que, às vezes, não considera aspectos importantes do que é ser servidor público. Primeira coisa que ninguém fala é que o servidor público já contribui de forma diferente para a Previdência. A contribuição do servidor público é diferenciada. Além de ser diferenciada, o servidor público não recebe hora extra, o servidor público não tem FGTS, o servidor público continua contribuindo depois que se aposenta. Então, quando é feito esse cálculo, é preciso levar em conta que a contribuição é diferente.

Acho que estamos vivendo um momento em que estão esquecendo que o nosso país é um país ainda com a maioria da população pobre. E não adianta ter um pensamento ingênuo de que a iniciativa privada é que vai combater a pobreza, porque não vai. Não é a iniciativa privada, jamais, que vai combater a pobreza. Quem combate a pobreza, quem promove a inclusão social é o Estado. Em qualquer país do mundo é assim que funciona. (Palmas)

Não se pode pensar um país, pensar um projeto de país como se o país fosse uma grande empresa privada. Empresa privada tem uma função, tem um objetivo na sua constituição: o objetivo da empresa privada é lucro. Responsabilidade social para a empresa privada é uma forma de obter lucro, é uma forma de propaganda para obter lucro.

O Estado, não. O Estado tem a responsabilidade social como a sua razão de existir. Se existe Salvador, existe a Bahia, existe o Brasil não é por acaso. Só existe o

Brasil como essa organização estatal, só exista a Bahia como ente político para proporcionar a responsabilidade social, para proporcionar a inclusão.

Então, o que eu peço nesse momento de reflexão é que se observem essas duas características de uma reforma na Previdência. Primeiro, o respeito à população e à inclusão social, o respeito à dor que a população tem no dia a dia, ao envelhecimento que a pobreza traz para as pessoas, que a exploração traz. E segundo, que se lembre que em uma relação de boa-fé os servidores públicos tão atacados, tão demonizados, contribuem de forma diferente, têm responsabilidades diferentes e têm direitos a menos, em vários aspectos, que os trabalhadores da iniciativa privada.

E qualquer proposta que se faça tem que levar esses fatores em consideração, tem que levar isso para fazer a regra de transição, tem que levar isso para chegar a um resultado final.

Então, eu agradeço pela oportunidade e peço a reflexão de todos os deputados, de todos os presentes para que a gente não pense que transformando o Brasil numa grande empresa a gente vai conseguir continuar oferecendo a segurança, porque não é a empresa privada que vai fazer, é a polícia que vai fazer a segurança; a assistência jurídica é a Defensoria que vai fazer; defesa de valores e direitos difusos, o Ministério Público vai continuar fazendo; não vai ter nenhuma empresa para fazer isso. Então, nesse momento de refletir a reforma da Previdência, reforma trabalhista, reforma fiscal, todas as reformas, lembremos que é para isso que o estado existe.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Registrar as presenças da deputada Olívia Santana, da deputada Fátima Nunes, do deputado Alex Lima e dos deputados federais José Rocha, Lídice da Mata e Zé Neto.

Passo a palavra agora, depois de Dr. Rafson, ao Ex.^{mo} Dr. Paulo Modesto, aqui representando o Ministério Público do Estado da Bahia.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Dr. Paulo Modesto.

O Sr. PAULO MODESTO: Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade de um pronunciamento brevíssimo nesta sessão. Também agradeço pela presença ao deputado federal Marcelo Ramos, que conduz os trabalhos com muita serenidade. Nas pessoas de ambos saúdo todos os presentes, até porque o tempo é escasso.

Previdência é algo de longuíssimo prazo, é uma relação que se constrói ao longo de 30 anos, 35 anos, 40 anos. É, portanto, uma relação que pressupõe confiança, pressupõe previsibilidade. Sem previsibilidade há evasão de contribuições, há informalidade, há redução do salário recebido, dos vencimentos, dos valores que devem ser descontados. Portanto, previdência é algo que não pode ser feito nem em cheques em branco nem com balas de prata, ela não pode ser alterada de forma abrupta, embora deva ser, de fato, alterada continuamente.

O mundo tem revelado nos últimos anos que a previdência é algo que exige reformas periódicas. Essas reformas periódicas, por exemplo, no mundo, são feitas

compassadamente, aos poucos, de modo progressivo e nunca fazendo rupturas nem quebrando a confiança das pessoas. O que nós estamos assistindo agora é um projeto que quebra a confiança, pessoas que estão a 6 meses, 1 ano da aposentadoria podem ser jogadas para uma situação de mais 8, 10 anos de participação no sistema, de financiamento do sistema. O arco temporal, portanto, de previsibilidade se rompe.

Em reformas anteriores, e vários governos fizeram de diferentes concepções, o que se fez foi acrescentar esforço contributivo, acrescentar tempo através de pedágio, mas pedágio é algo que incide sobre o que falta. A técnica do pedágio é feita no mundo inteiro e adotada em todos os governos. Este governo não aceita isso, ele propõe uma ruptura e balas de prata como se a Previdência fosse terminar no próximo ano e o colapso fosse absoluto. Só que prometer o colapso é quebrar a confiança, é romper a confiança. Isso não pode ser feito.

Portanto, é preciso, como diz bem o deputado, pensar, por um lado, numa transição objetiva, isto é, como o sistema hoje vai se adaptar aos próximos tempos, sem rupturas; e pensar em transições subjetivas, como a situação das pessoas não vai ser agravada de forma desproporcional.

Se nós fizermos isso com essa forma de apresentação, um sistema que ninguém sabe qual é encaminhado para a legislação ordinária sem balizas, sem parâmetros, nós romperemos com o básico da previdência, que é a previsibilidade.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, Dr. Paulo.

Depois da fala do Dr. Paulo Modesto, passo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao excelente deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero cumprimentar rapidamente a Mesa pela escassez do tempo; o deputado federal Marcelo, presidente da comissão; deputados federais Alice Portugal, Daniel Almeida, Zé Neto e Lídice da Mata; cumprimentar os trabalhadores urbanos na pessoa do presidente da CUT, Cedro Silva; os trabalhadores rurais na pessoa de João da Cruz, da FETAG; e dizer, senhoras e senhores, que eu tenho, junto com vários outros companheiros, percorrido a Bahia e discutido essa situação. E vejo muita preocupação, Sr. Presidente, do nosso povo com as reformas em andamento.

Hoje mesmo saiu a divulgação de um resultado: que pelo 17º trimestre consecutivo aumenta a desigualdade de renda em nosso país. As avaliações da economia neste ano são todas negativas. Vamos entrar, provavelmente, infelizmente, em mais uma recessão. Essa década já se está configurando como uma década perdida pelo Brasil, de oportunidades. Sabem todos, e eu não vou falar muito aqui, que isso tem tudo a ver com o *impeachment* fraudulento que foi cometido contra a presidenta Dilma Rousseff.

E as elites brasileiras, que prometeram melhorar a economia, gerar emprego e renda, fazer justiça social, não conseguem ter um projeto de Nação e elegem sempre os pobres para pagar a conta.

Começou com a cantilena de uma reforma trabalhista que iria mudar todo o nosso sistema e as relações de emprego, e o que nós vemos 3 anos depois é o país batendo recorde e mais recorde de desemprego. Depois, o congelamento dos investimentos nas áreas da saúde e assistência, com a PEC do Teto dos Gastos; e a gente continua a ver o país estagnado.

E agora a mesma lenga-lenga: ou faz a reforma da Previdência ou o país quebra. O país está quebrado é porque 500 trilhões do nosso orçamento vão para pagar os juros da dívida. O país está quebrado é porque não há nenhuma credibilidade desse governo para atrair investimentos. O país está quebrado porque ninguém aceita que a regra máxima da Constituição, que é respeitar o resultado das urnas, tenha sido descumprida em nosso país recentemente. O país está quebrado é porque falta credibilidade a quem governa para poder colocar o país no rumo certo do desenvolvimento com inclusão social.

Então, creio que depois de perder 6 milhões e 800 mil contribuidores, que foram desempregados, é óbvio que a Previdência iria ter dificuldade. E em vez de apresentar o remédio adequado para a doença de rendimentos que temos na Previdência, vem querer tirar mais do povo pobre e transforma a Previdência em um número: R\$ 1 trilhão. Será economizado R\$ 1 trilhão, segundo o Sr. Ministro, se fizermos a reforma da Previdência.

A pergunta é: de onde virá esse R\$ 1 trilhão? Certamente virá dos atuais segurados urbanos, que terão os seus benefícios achatados pela nova regra de organização e definição do valor do benefício, para o que, hoje, se contabiliza as melhores contribuições de 80%, e vai ser de 100%; virá de uma trabalhadora rural, que, hoje, pode se aposentar aos 55 anos e terá que prolongar por mais 5 anos.

Façam essa conta, só essa conta, simplesmente, comigo para vocês entenderem de onde virá R\$ 1 trilhão. Uma trabalhadora rural que se aposenta, hoje, com 55 anos ela vai receber nos próximos 5 anos R\$ 65 mil. Ela vai receber um salário mínimo, que é de mil reais, durante 13 meses, com o décimo terceiro, R\$ 13 mil por ano. Durante 5 anos, ela vai receber 65 mil. São esses R\$ 65 mil de milhares de trabalhadoras rurais mais o achatamento dos vencimentos dos trabalhadores urbanos e o atraso nas aposentadorias de outros milhares de trabalhadores que vai fazer esse caixa de R\$ 1 trilhão.

Então, o que se vê é uma proposta de reforma da Previdência que quer tirar dos pobres para dar aos grandes banqueiros do nosso país, porque o sistema de capitalização – e eu concluo dizendo isso – não é nada mais nada menos do que entregar um mercado multimilionário aos poucos bancos que concentram a riqueza em nosso país.

Essa experiência da capitalização já foi adotada em países vizinhos, como o Chile, e o que provocou foi uma legião de velhos, idosos pobres que não conseguem, ao final de suas vidas, manter sequer 50%, 60% da sua renda. Inclusive, aumentou...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o número de suicídios nesse país por conta das dificuldades existenciais da população idosa. Por isso que esse sistema de capitalização nunca foi aprovado, porque é dar mais dinheiro a banqueiro.

Sou contra essa reforma da Previdência, e o senhor, presidente, deveria arquivar esse projeto porque ele é contra o interesse nacional. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gente, eu queria pedir para nos atermos ao tempo, porque daqui a pouco teremos que acabar porque vai ter outra sessão.

Quero convidar para compor a Mesa o Ex.^{mo} Sr. Secretário do Trabalho, Emprego e Renda, Davidson de Magalhães, aqui também representando o governador Rui Costa. (Palmas)

Complicado, acabei de anunciar Davidson. Acabou de falar aqui o nosso deputado, e agora vou convidar outro torcedor do Vitória. Que confusão, difícil! (Risos)

Chamo Augusto Vasconcelos para usar da palavra, pelo tempo de 5 minutos.

Convidei Davidson, falou Robinson, e agora... chamar aqui Augusto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO VASCONCELOS: Bom dia, gente.

Saudar, aqui, ganhando tempo, a Mesa na pessoa do presidente desta sessão, Fabrício Falcão; saudando também o presidente desta Casa, Nelson Leal, que abriu as portas da Assembleia para podermos debater um assunto tão relevante para o nosso país; saudar o nosso convidado, o deputado Marcelo Ramos, presidente da comissão, que começou sua trajetória política na mesma escola de formação que a minha, a gloriosa União da Juventude Socialista. Hoje estamos em caminhos diferentes, mas com pontos de convergência. A gente fica muito orgulhoso de tê-lo aqui conosco; saudar os nossos deputados federais Daniel Almeida e Alice Portugal; saudar a nossa senadora Lídice da Mata; meus parceiros do movimento sindical; todas as centrais sindicais; o secretário do Trabalho; o defensor Rafson; o nosso professor, também, do Ministério Público, Paulo Modesto.

E dizer que nesta sessão sobre a reforma da Previdência muita coisa já foi dita. Evidentemente que eu não quero repetir, mas eu quero acrescentar um ingrediente importante de que ninguém falou: o Brasil esterilizou em 10 anos R\$ 1 trilhão e 200 bilhões de sua economia através de uma operação chamada operação compromissada. Pouca gente sabe o que é que significa isso.

A sobra de caixa dos bancos, o que eles não conseguem emprestar no mercado para empresas e para pessoas físicas, sabem o que é que os bancos fazem com ela? Todos os anos a usam para comprar títulos da dívida pública e o governo se compromete a remunerar com a taxa Selic mais a inflação, que vai para o caixa dos bancos. Isso esterilizou da economia brasileira 1,2 trilhão nos últimos 10 anos, o

mesmo valor que o governo está dizendo que vai economizar com a suposta reforma da Previdência.

O que está em jogo, na verdade, meus amigos e minhas amigas, é um debate enviesado sobre a atual situação do Brasil. O Brasil é mesmo um país quebrado? Vejamos: o Brasil tem mais de 1 trilhão nas contas do Tesouro Nacional; são US\$ 300 bilhões em reservas internacionais acumuladas a partir do governo Lula.

Este mesmo País tem 1,2 trilhão em operações compromissadas. Será que a Previdência é a responsável pela crise fiscal brasileira? A mesma Previdência em que 73% dos municípios brasileiros – e você, Ceçula, que é vereador de Itambé, sabe do que a gente está falando – recebem mais recursos dela do que do Fundo de Participação dos Municípios.

É bom ressaltar que esse não é um número só do Nordeste. A ampla maioria dos municípios paulistas também sobrevive com recursos do INSS. Isso vale para Minas Gerais, isso vale para o sul do País.

Então, é importante mencionar que desde quando foi criada lá no passado, no Plano Beveridge, na Inglaterra; na Alemanha, depois do Plano Bismarck, a ideia da previdência é um salto civilizacional extraordinário. Minha gente, se o trabalhador sofrer um acidente de trabalho no primeiro dia de trabalho, ele já está protegido pela Previdência; nós, sociedade, pagamos a remuneração dele.

Quando a mulher engravida, ela não fica sozinha, quem paga a conta do salário-maternidade somos nós enquanto sociedade. Portanto, a Previdência é um salto civilizacional extraordinário, porque remonta à ideia de um pacto de solidariedade, para nos protegermos mutuamente.

O que este governo quer implantar aqui – o sistema de capitalização – é algo que já foi implantado em cerca de 30 países do mundo. Dezoito já estão voltando atrás. Quando foi anunciada a PEC 6, presidente, no mesmo dia a Bolsa de Valores do estado de São Paulo atingiu o maior pico da sua história, 100 mil pontos.

Quem lembra disso? Aconteceu há alguns meses, em meados de fevereiro, início de março. A Bolsa de Valores atingiu o maior patamar da história! Carregada por quem? Por bancos e conglomerados financeiros que projetam lucros anuais de R\$ 200 bilhões com o sistema de capitalização.

Esses bancos, os mesmos que enfrentamos lá no Sindicato dos Bancários, lucraram, no ano passado, R\$ 95 bilhões. Quando um acionista do Bradesco, do Itaú, do Santander ou de qualquer outro banco recebe seus dividendos, não tem tributação, mas na PLR dos trabalhadores tem tributação. Nós conseguimos uma isenção até R\$ 6 mil, mas, acima disso, tudo é tributado. É essa desigualdade tributária que está na raiz da crise econômica do país.

É evidente que a Previdência não é a responsável pela crise; ela é vítima da crise, com empresas fechando, falta de emprego, gente fechando seus negócios. Óbvio, reduziu o número de contribuintes para a seguridade, consequentemente, diminuiu a receita da Previdência. Por isso mesmo que não podemos achar que o rabo abana o cachorro; é o contrário.

Precisamos encarar que a disputa de rumos do país é o que está em jogo neste momento. Esses deputados que defendem, junto com o governo, essa reforma querem, na verdade, o que já foi dito aqui: eles acham que a Constituição não cabe no orçamento público.

Essa é uma meia verdade, porque o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabeleceu que deveríamos fazer uma auditoria da dívida pública brasileira 1 ano após a promulgação da Constituição. Cadê essa auditoria, gente? Jamais foi feita! E observem que o Brasil pagou quase 5 trilhões em 10 anos e, mesmo assim, essa suposta dívida aumentou 5 trilhões. Como assim?

Portanto, o que está em jogo é uma chantagem do sistema financeiro, de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, de olho na capitalização, mas de olho também numa chantagem para obrigar o governo, junto com a Emenda Constitucional 95, a assegurar reservas para pagar a conta dessa dívida pública. Essa mesma dívida que faz com que os bancos do Brasil sejam o setor mais rentável da economia brasileira.

Portanto, presidente, resgate a origem da sua militância, da sua história, da sua dedicação à luta dos mais pobres, na defesa dos trabalhadores, e não aceite essa proposta, e que nós possamos construir um texto substitutivo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido para a Mesa o deputado Zé Neto.

Registro as seguintes presenças: Ex.^{mo} Deputado Zó, meu amigo querido; Marcelo Gavião, superintendente da Setre; e Gilmar, diretor da CAR. Depois registraremos toda a imprensa baiana aqui presente.

Passo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, à nobre ex-prefeita, ex-senadora e atual deputada federal Lídice da Mata.

A Sr^a LÍDICE DA MATA: Bom dia.

Quero saudar o presidente Fabrício; o presidente Marcelo Ramos; todos os representantes do movimento sindical aqui presentes – CUT, Fetag, APLB, não posso deixar de destacar; todos os companheiros deputados estaduais; deputados federais Daniel Almeida, Zé Neto e, em particular, a companheira – e companheira também na Comissão Especial da Reforma da Previdência – deputada Alice Portugal. De tanto tempo de militância e de luta juntas, as pessoas até confundem nossos nomes. Pedi este momento especial, companheiros, porque não pude chegar cedo, tendo em vista que hoje, infelizmente, perdemos uma companheira do PSB, e eu tive que participar, pela manhã, da sua despedida, lamentavelmente.

Agora temos um pouco mais de tempo para falar, Marcelo, já que na comissão só temos 3 minutos. Aqui temos um pouco mais. Mas o que é mais importante não é a minha fala, é a fala de todos que estão aqui e que não falam diariamente naquela comissão.

Muitos já disseram o que gostaríamos de dizer – inclusive, a fala de Augusto foi muito didática –, mas é indispensável colocar e reafirmar aqui algumas questões.

O governo coloca a reforma da Previdência como se fosse a grande salvação da economia nacional. Nós já vimos esse filme com a reforma trabalhista, e estamos vendo quem morre no final. Quem morre no final é o povo trabalhador. Insistentemente, em cada um desses vídeos que são programados para convencer o povo brasileiro daquele tal ou qual caminho que eles apontam como salvadores da situação nacional.

Na verdade, este governo não tem um projeto de desenvolvimento para o país. Além de uma pauta de cortes de despesas que está acontecendo desde o governo Temer, não se faz outra coisa neste país que não seja cortar despesas. Vemos isso com a PEC 95; com a reforma trabalhista, que tinha em mente cortar a despesa do empresariado, do custo que se chamava, entre aspas, “custo do trabalho do Brasil”. E agora vem com a discussão da reforma da Previdência, novamente colocada como a salvadora da pátria, uma reforma para fazer uma economia de cerca de 1 trilhão e pouco durante 10 anos.

Ora, todas essas medidas são de “cortes de despesas”, entre aspas. E isso ocorre no mesmo momento que o Brasil precisa de investimento, de fazer com que a economia gire, de fazer com que o povo possa acreditar em mais possibilidades abertas na nossa economia para que sua vida mude.

Vou dar um exemplo: temos algumas carreiras típicas de Estado, com características próprias, que têm alguns benefícios, digamos assim, para que esses profissionais se dediquem ao interesse do Estado, ao público e não sejam cooptados para o ambiente do capital, para as empresas, para o mundo privado. Se não há este benefício, certamente haverá um deslocamento desses profissionais.

Penso no caso dos professores públicos, Alice. Há pouco tempo se fazia pesquisa, mas agora se sabe que há uma desistência da juventude, que não está optando pela carreira de professor. Qual é a vantagem que o jovem tem hoje para ser professor? Enfrentar as dificuldades da escola pública, em ambientes absolutamente inóspitos, nas periferias das grandes cidades ou no interior, ameaçado, inclusive, na sua segurança, sem ter sequer uma aposentadoria especial. São essas questões.

Mas, principalmente, o que mais se abate com essa reforma é o Regime Geral da Previdência Social. E não vi ninguém conseguir dizer quais são os privilegiados desse Regime Geral da Previdência Social. Quando se fala de privilégio, corre-se para o Judiciário, que não está nesse regime. Então é o uso de um discurso fantasioso para convencer o brasileiro de que há privilegiados no regime geral, cuja média de aposentadorias é menor do que R\$ 1.300,00. Repito, a média de aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social no Brasil é menor do que R\$ 1.300,00! E quem são os privilegiados? Os que ganham R\$ 4 mil? Pasmem. Estes são os que serão os ricos amanhã deste País?

Então não podemos aceitar mudança no Regime Geral da Previdência Social. Esta é, digamos assim, a estrutura básica da Previdência. Nós não podemos admitir isso. Claro que todos admitimos mudanças na Previdência. Lula fez mudanças,

Fernando Henrique fez mudanças, Dilma fez mudanças, mas nenhuma mudança que pudesse desestruturar o sistema de cooperação da sociedade brasileira: os mais pobres pagando para os mais ricos se aposentarem; os mais jovens pagando para os mais velhos se aposentarem!

É isso que está em causa agora com a criação do sistema de capitalização e com a retirada de direito dos mais pobres do nosso país, especialmente da mulher trabalhadora do setor urbano e do setor rural.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Registro as presenças de Elisângela, diretora da CUT e também suplente de deputado federal; e de Ângela Guimarães, presidente da Unegro.

Gente, como estamos chegando ao meio-dia, vou ter de diminuir o tempo para 3 minutos, por conta de o nosso presidente da comissão ter de viajar para Brasília, como também Daniel, Alice e outras pessoas

Vou convidar neste momento Anna Carla, presidente da Comissão Especial de Apoio à Advocacia, para fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a ANNA CARLA MARQUES FRACALOSSI: Bom dia.

Deputado Fabrício Falcão, na sua pessoa agradeço o honroso convite que me foi feito. Parabenizo a presença de todos no debate de um tema que me é muito caro. Apresento-me como membro da comissão da OAB, mas acredito que este convite deveria ter sido feito a mim porque sou professora da disciplina Direito Previdenciário nos cursos de Direito daqui de Salvador já há, aproximadamente, 20 anos. Também faço doutorado na UFBA exatamente na área de Financiamento de Políticas Públicas.

Trouxe até um estudo que a gente está fazendo abordando os impactos no sistema da Previdência com a possível retirada dos recursos que são pagos hoje, na sua grande maioria, no valor de um salário mínimo, principalmente aos trabalhadores rurícolas, principalmente às pessoas que são destinatárias típicas do benefício previdenciário.

Como o próprio defensor-chefe mencionou, a Bahia é um estado enquadrado na zona de pobreza. O país demonstra índices de extrema desigualdade e o sistema de Previdência, tal qual previsto na Constituição de 88, tem o papel de ser um viabilizador dos objetivos preconizados lá no próprio art. 3º da Constituição.

São objetivos da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre e justa, solidária, erradicar a pobreza, diminuir as desigualdades, e é exatamente por meio das políticas públicas de seguridade social que esses objetivos são alcançáveis. Seguridade é, na verdade, o trajeto, o caminho que o Estado brasileiro tem de percorrer para alcançar esses fins trazidos pela própria Constituição de 88.

E a pergunta que me é feita com muita frequência é se sou contra ou a favor da reforma da Previdência. Pois bem, sendo um sistema de proteção à sociedade e como

a sociedade não é estanque, não é imutável, todas as vezes que a sociedade é modificada, seja demograficamente, seja em termos de desenvolvimento humano, o sistema de Previdência tem de se readequar. Não é a troco de nada que, constantemente, todos os governos – essa é uma fala uníssona na Mesa – propõem ajustes no sistema de Previdência. E isso é salutar. O mundo inteiro experimenta esse tipo de modificação. E que tipo de mudança deve ser feita no sistema de Previdência no Brasil, hoje, para tentar viabilizar o alcance desses objetivos – que são constitucionais e não há como modificá-los nem por reforma, o que está previsto no art. 3º – e também para impulsionar, de certa forma, o desenvolvimento?

Trouxe até uma apresentação, mas, pelo adiantado da hora, a gente não pode analisar de forma mais detida. Entretanto encaminhei para a assessoria do deputado Fabrício Falcão, e ele pode depois disponibilizar para todos os deputados estaduais e, de repente, até para o presidente da comissão, que exerce uma atividade realmente valorosa e bem difícil. Meus parabéns!

Mas observem que todos os problemas elencados pela PEC não estão diretamente relacionados às propostas que ela traz. E assim a gente identifica questões relacionadas ao sistema prestacional previdenciário que, antes de serem modificadas, antes de se buscar restringir direitos, antes de se cortar, principalmente, na carne dos mais fracos, já que o benefício médio – como a própria deputada Lídice mencionou – pago hoje pelo INSS não chega a R\$ 1.300,00 por mês...

Pois bem, antes de se cortar e de se pedir esforços para essa população mais carente, mais sacrificada, o interessante seria a gente analisar as fontes de financiamento do sistema. Na apresentação que eu trouxe, demonstro que, principalmente, entre 2010 e 2017 o índice de desonerações da folha, especialmente para alguns setores produtivos da sociedade, aumentou demasiadamente a diminuição da arrecadação do sistema de Previdência.

Além disso, isenções e incentivos fiscais promovidos também impactaram de forma direta. Nós temos, é claro, situações relacionadas a fraudes e a desvios, e para isso o Estado brasileiro tem um corpo de servidores qualificados, em diversos órgãos, de todas as esferas, que buscam repatriar esses recursos para o orçamento. No entanto, antes de se fazer alterações desse quilate, o mais interessante seria você buscar uma reestruturação do financiamento do sistema, que é solidário.

Já ficou meio pacificado, acredito, que pontos como capitalização e desconstitucionalização desses direitos estão fora de qualquer cenário de mudança que vise melhorar o sistema de Previdência. E temos, realmente, um debate muito profundo e muito amplo a ser feito.

Acho saudável momentos como este. Agradeço pelo convite e parabenizo a presença de todos. Fico sempre à disposição. Acho que o importante, no final de tudo, foi a Previdência ter passado a ser um tema de conhecimento da sociedade brasileira. E realmente é algo que tem de ser conhecido, estudado e aprofundado por todos.

Muito obrigada. Bom dia. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Passo agora a palavra ao presidente da Fetag, o amigo João da Cruz, para usar a palavra pelo tempo de até 5 minutos.

Também queria registrar a presença de Elias Dourado.

O Sr. JOÃO DA CRUZ: Em primeiro lugar, meu bom dia a todos e a todas.

Saúdo a Mesa nas pessoas dos três deputados federais: Daniel, Alice e Marcelo, nosso presidente da comissão. Seja bem-vindo, deputado, ao nosso estado. Quero parabenizar a iniciativa do nosso deputado Fabrício, na medida em que esta sessão especial trata de um tema tão importante, que está na ordem do dia, especialmente, dos trabalhadores e das trabalhadoras do estado da Bahia, principalmente dos trabalhadores rurais.

Saúdo a todos os deputados presentes e os meus companheiros e companheiras da diretoria da Fetag, como o nosso ex-presidente Cláudio, suplente de deputado, e Zé Doutor. Também saúdo todos os dirigentes sindicais, nossos assessores e todo o corpo da nossa federação.

Devo dizer, deputado, que esta iniciativa é muito importante, sobretudo, para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais da Bahia, estado que tem uma diferença em relação aos demais. Temos aqui vários biomas: caatinga, Mata Atlântica e semiárido. E os trabalhadores do semiárido, principalmente, têm uma questão diferenciada, deputado Zó, já que a produção deles é sazonal.

E nós da agricultura familiar, nós trabalhadores rurais estamos aqui nesta sessão especial, justamente, para reivindicar a manutenção do que já foi conquistado com o Regime Geral de Previdência. Não queremos, acima de tudo, que sejam alterados no texto da reforma da Previdência, deputada Alice, deputado Daniel, as questões que se referem aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais. Até porque muitos desses trabalhadores sobrevivem no semiárido, principalmente na Bahia, estado que, mesmo tendo 14% do semiárido brasileiro, tem uma produção que garante o alimento na mesa do povo brasileiro.

Também a gente não quer, em relação aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais, que essa reforma altere nada que diga respeito à idade mínima das mulheres, já que elas têm a dupla e até a tripla jornada de trabalho. (Palmas) São as mulheres que primeiro se levantam para preparar o café do seu esposo; em seguida cuidam dos filhos; e à noite a maioria delas vai para o estudo. Não é isso, deputada Alice?

Então a gente precisa manter a idade mínima dos 55 anos para as mulheres rurais; para os homens, 60 anos.

Queria também colocar uma questão que nós entendemos de fundamental importância. Quando se trata da contribuição dos trabalhadores rurais, nós também somos contrários, porque entendemos que um trabalhador, um agricultor familiar que vive no semiárido... região que tem diferenças climáticas, passamos vários e vários anos com estiagem, alguns agricultores sobrevivem, às vezes, com um Programa Garantia-Safra. E vocês sabem melhor do que nós que só aqui no estado da Bahia foram mais de 300 mil agricultores inseridos nesse Programa Garantia-Safra, que receberam cinco parcelas de R\$ 170,00 vezes. Então nós não queremos que mexam nesses direitos dos trabalhadores.

Em relação à regra de transição, tenho de dizer que nunca vi país nenhum fazer uma regra de transição com menos de 20 anos. E nessa proposta está prevista uma regra de transição de 5 anos. Isso também é um absurdo! Não podemos concordar com esse tipo de regra de transição, principalmente quando diz que a cada primeiro ano serão mais 6 meses, até completar os 10 anos de contribuição.

Eu queria dizer também aos trabalhadores e às trabalhadoras e a essa Mesa, presidente Marcelo, que somos nós da agricultura familiar, mesmo com todas essas questões – como a sazonalidade, já que moramos no semiárido, região que tem uma série de problemas climáticos –, que produzimos mais alimentos e geramos 70% da mão de obra no campo. E são os aposentados e aposentadas da área rural que representam, aqui na Bahia, 28 bilhões, só em 2018, contra 8 bilhões do FPM.

Isso significa dizer que o maior programa de sustentabilidade e de transferência de renda aos pequenos municípios do estado da Bahia é a renda oriunda da aposentadoria da área rural. (Palmas)

Queria encerrar as minhas palavras dizendo aos companheiros e às companheiras que ninguém solta a mão de ninguém. E também que quando o campo não planta e não produz alimentos saudáveis, a cidade não janta.

Muito obrigado a todos e a todas. (Palmas, muitas palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Excelente fala do presidente da Fetag, João da Cruz.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Agradeço a participação especial do sistema contaguiano, que trouxe dirigentes de toda a Bahia.

Com a palavra Edjane Rodrigues, secretária da Contag, que falará por 5 minutos. Depois ouviremos o grande ex-deputado estadual e atual deputado federal Zé Neto.

A Sr.^a EDJANE RODRIGUES: Companheiras e companheiros, muito bom dia.

Começo saudando o deputado Fabrício Falcão e o parabenizo por esta iniciativa. Também saúdo o nosso companheiro deputado Marcelo Ramos, presidente da Comissão Especial. É uma alegria, deputado, poder tê-lo nestes espaços para ouvir as demandas e vivenciar as realidades que existem no nosso País.

Bom, eu queria também saudar, na pessoa do nosso presidente João da Cruz e da secretária de Políticas Sociais da Fetag-Bahia, Luciana Oliveira, cada agricultor, cada agricultora, cada dirigente e militante. Sei que muitos deles, deputado, viraram a noite nas estradas e estão aqui firmes; como também estão nos seus municípios realizando audiências públicas e defendendo, eu diria, uma das principais políticas para a soberania e a segurança alimentar, que é a Previdência Social Rural.

Bom, para não ser repetitiva, quero dizer que muitos daqueles que nos antecederam nos representaram bem em suas falas. Mas, deputados, nós não podemos

concordar com uma proposta de reforma da Previdência que quer elevar a idade de aposentadoria das mulheres rurais de 55 para 60 anos.

Como o nosso presidente João da Cruz já falou, desconsideram a dupla e até tripla jornada de trabalho das companheiras mulheres, desconsideram o nosso papel na unidade familiar e desconsideram, principalmente, o nosso trabalho penoso no dia a dia da roça.

Não podemos concordar com a proposta que eleva a contribuição de 15 para 20 anos.

Deputado, a realidade da contribuição sobre a comercialização da produção existe em, pelo menos, seis estados no nosso país. Isso na região Sul. Ela não é uma realidade da região Nordeste. Para que ela aconteça, o estado e a União devem fazer o seu trabalho de recolhimento.

Também, devemos considerar as especificidades, por exemplo, a condição climática. Nós somos da roça, plantamos e, é claro, a nossa expectativa é colher a nossa produção. Mas, no dia a dia, existem as condições climáticas, as pragas, o excesso de chuva e, até, a seca, que nos vivenciamos há 6 anos.

Então, são algumas perguntas, inclusive, deputado, que não trazem no texto dessa medida provisória. Por isso, na nossa avaliação, ela é um desmonte, um desmonte das políticas mais importantes, hoje, principalmente para as pessoas do campo.

Ainda na história da contribuição, queria lembrar de um detalhe importante: a realidade dos assalariados e assalariadas rurais. Atualmente, hoje, eles trabalham em época de safra. Uma boa maioria, em 1 ano, com 12 meses, trabalha 6, 7 até 8 meses. Então, quando a gente vai fazer o cálculo, a gente percebe que se eleva, e essas pessoas não conseguirão cumprir os 20 anos de contribuição para acessar a sua aposentadoria.

Bom, eu queria, também, aproveitar o tempo para dizer... Eu sei que mesmo não sendo este o foco do debate, mas eu queria registrar que a reforma da Previdência começou pelos trabalhadores e as trabalhadoras rurais ainda em janeiro, quando o governo apresentou a Medida Provisória n.º 871. Essa medida provisória foi aprovada na comissão mista e, agora, é PLV 11. Isso nos preocupa muito e poderá, se for aprovada como o texto está, excluir os agricultores e as agricultoras do Sistema de Proteção Previdenciária.

O governo prevê que, a partir de janeiro do próximo ano, a concessão dos benefícios se dê, exclusivamente, mediante o CNIS Rural, que é o Cadastro Nacional de Informações Sociais.

E nós, agricultores e agricultoras, não estamos dizendo que somos contra o cadastro. Pelo contrário. Essa é uma política que nós defendemos, é uma política que já existe há mais de 10 anos. Só que esse cadastro ficou pronto em janeiro do ano passado. Atualmente, nós temos menos 5% cadastrados neste sistema.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Se esse texto for apresentado com esse curto prazo, significa, sim, companheiros e companheiras, que essa reforma já iniciou por nós.

Fazendo o complemento, aproveitando o tempo, não deixaria de dizer, também, que o governo, ainda, desconsidera o papel dos sindicatos para fazerem esse cadastro. E não é que sejamos contra os órgãos públicos fazerem esse cadastro. Pelo contrário. Precisa, sim, assumir. Mas não deve desconsiderar o papel dos sindicatos. Os sindicatos são a casa do agricultor e da agricultora. (Palmas) O agricultor e a agricultora vão aos sindicatos buscar informações. Os sindicatos contribuíram, historicamente, com a política de Previdência Social rural.

Eu encerro dizendo, deputado, que nós contamos, também, com V. Ex.^a nesta luta. Está, claramente, dito que nenhum deputado, com compromisso com os trabalhadores e as trabalhadoras, votaria uma proposta de reforma da Previdência que pode trazer pobreza e miserabilidade para o povo, uma proposta de reforma da Previdência que poderá restringir orçamentos que fomentam os pequenos e os médios municípios brasileiros.

Encerro dizendo, companheiros e companheiras, que nós seguiremos firmes e fortes na luta em defesa da Previdência Social rural! (Palmas, muitas palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Depois da excelente fala de Edjane, com a palavra o ex-deputado estadual e atual deputado federal Zé Neto, pelo tempo, por favor, de 5 minutos. (Risos)

O Sr. ZÉ NETO: Primeiro, bom dia a todas e todos.

É um prazer imenso estar aqui, pois a saudade bateu agora. Engraçado, né?, passei 16 anos aqui. Realmente, bate saudade e dá, até, uma emoção falar novamente aqui. Esta Casa me ensinou muito. Tenho certeza que vou fazer o melhor, lá, como deputado federal, pois tenho tentado e buscado isso.

Saudar o nosso querido Fabrício pela iniciativa. Saudar Marcelo Ramos, um amigo que nós temos conversado muito lá em Brasília, inclusive temos uma demanda juntos em luta contra os desmandos que estão acontecendo com relação à construção civil no Brasil, principalmente em relação ao Minha Casa Minha Vida, porque é inadmissível o corte de recursos do Minha Casa, Minha Vida, pois é um programa que tem todo um processo tranquilo de retorno para o estado, retorno para a União.

Saudar, também, em nome de todas as mulheres, a nossa querida amiga, nossa deputada, nossa guerreira que tanto faz parte, aliás, desde o movimento estudantil, Alice. Nós estamos juntos, aí, nesta caminhada. Eu fazia Física; depois, fiz Direito. Alice fazia Farmácia. E, em nome de vocês dois, saudar todos os presentes.

Gente, nós temos um papel muito importante neste momento. Nós não podemos ficar numa bolha. Nós temos que falar para fora também, porque tem uma coisa, aí, que é o seguinte: você vai olhar na última página da apresentação da Previdência, você vai encontrar lá, se não me engano, o item 112, 86% dos impactos da Previdência vão recair – sabem onde? – no regime geral e BPC.

A gente pergunta: o que é que está acontecendo? Do outro lado, a gente mora onde? No Nordeste. Mas não é só o Nordeste que vai sofrer não, o Brasil inteiro vai sofrer! A gente tem que começar a tocar no assunto que está claro! Marcelo, isso você sabe! A cada dez municípios, sete municípios, repito, sete têm receita da Previdência maior do que a receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios)!

Marcelo e meu amigo Paulo Modesto, quanto à Bahia, 29 bilhões chegam por ano para a Bahia oriundos da Previdência! Sabem quanto chega, oriundos do FPM, para todos os 417 municípios baianos?! Menos de 9 bilhões!

Isso mostra o tamanho dessa Previdência na economia deste estado que vive, praticamente, de quê? De ICMS e de dinheiro que circula! Vejam, 81% da receita da Bahia, Alice, 81% vêm, para pagar tudo, do ICMS!

E, aí, às vezes, a gente ouve os empresários dizendo: “Não, vai salvar!” Salvar o quê?! Salvar o quê?! Você pegar dinheiro, você pegar, em 10 anos 1,1 trilhão e mandar para as mãos dos caras que estão em Brasília! Isso é o inverso do discurso!

Aí, bota um bocado de robozinhos na rede social para enganar, mentir e dizer “não, é o Mais Brasil!” Mais Brasil em quê, gente?! Esse dinheiro vai para Brasília e vai ficar lá, ficar para pagar serviço de dívida para banco! Esta é a verdade. Vai pagar débito dos grandes estados endividados, que não deveriam estar como São Paulo e Rio, mal administrados por essa turma há muito tempo.

E, aí, eu lhe pergunto. Quem tem que pagar o preço é o Brasil, principalmente, o Norte e o Nordeste? O Norte e o Nordeste vão ser os mais sacrificados! Aí, eles tiram daqui, ou seja, tiram o dinheiro da vida das pessoas, tiram o dinheiro da saúde, porque as pessoas, sem dinheiro, vão gastar menos alimentação e menos remédio. Aí, vai ampliar a dificuldade dos estados quanto ao atendimento à saúde, ao atendimento social.

De repente, esses caras ficam vendendo, para o empresariado, que esse dinheiro vai voltar para eles! Como?! Como vai voltar?! Aposto que não volta para o Minha Casa Minha Vida! Se for como eles querem, não volta, não volta pelas políticas públicas, porque, como eles querem, não volta. Volta por onde? Ah! Vai voltar por infraestrutura daqui a 3 anos e alguma coisa! Vejam, daqui que esse dinheiro volte por infraestrutura, isso vai demorar um tempo para gerir, gerir licitação, contrato, executivo, projeto e tudo.

Então, eu acho, gente, que a gente tem que sair um pouco da bolha e ir para a rua mesmo, ir para a rua e dialogar com os setores médios e o capital nacional, porque a gente está enxergando um momento. Marcelo está lá comigo e sabe o que estou dizendo.

Para construção civil, é tragédia o que está acontecendo! É tragédia para a política internacional desses caras! É tragédia para os setores produtivos deste país! É tragédia, inclusive, para a agroindústria que deu todo apoio a eles!

Eles estão perseguindo, não só a 871 que eles estão perseguindo os sindicatos não. Eles começaram a perseguir o sindicato rural; depois, foram para os sindicatos urbanos. Depois, pega a 873 e cai de pau. Sabe em quê? Cai de pau nas

representações profissionais como o CREA, todos os conselhos de enfermagem, medicina, todos! Aí, eles caem de pau e, praticamente, inviabilizam os conselhos.

Já encerrando, Sr. Presidente, ah, mas vai ficar nisso? Não! O Sistema S também. Começaram a dizer que, no Sistema S, só tem ladrão! Isso é um absurdo! Vejam, quanto ao que eu ouvi, por parte do governo, durante esta semana, acerca do Sistema S, é um absurdo! Quanto ao Sistema S e ao Pronatec, são o que nós temos de melhor em termos de preparação profissional. Se quanto ao Sesi e ao Senai tiver alguma coisa, corrijam! Corrijam mas não destruam! Destruir é o que eles querem!

Então, encerrando, Sr. Presidente, existe um projeto neste país. O único projeto que eles têm, sabe o que é? É o que ele disse lá para aos americanos. Vamos destruir o país e chamar vocês para ajudar. É isso que eles querem. Só que nós já sabemos que, há muito tempo, na vida toda, esses que eles querem que ajudem a construir, eles foram os nossos maiores adversários na nossa soberania, na nossa busca de futuro melhor.

Portanto, parabéns por esta iniciativa!

Que a gente tenha capacidade de sair um pouco dessa nossa... Nós não podemos falar para nós mesmos. Nós temos de falar para a sociedade. Temos que falar para todo mundo que está aí fora.

Olha, este projeto não serve para o Brasil!

Viva o povo brasileiro!

Vamos à luta. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o companheiro Aurino, representando a CTB, pelo tempo de 3 minutos. Desculpe, o horário está se fechando. O deputado tem de viajar. Às 14 horas, nós iniciaremos outra sessão nesta Casa.

O Sr. AURINO PEDREIRA: Deixa eu saudar a Mesa. Saúdo o deputado Fabrício por ter convocado esta sessão junto com toda a Assembleia. Mas, particularmente, saúdo o deputado Marcelo Ramos. Naturalmente, temos dialogado com os deputados na Bahia, com os movimentos sociais, com a sociedade. Mas a sua presença, Marcelo Ramos, é fundamental. Digo fundamental para que a gente possa reafirmar que o nosso Congresso teve de uma forma muito sóbria, ele escreveu uma nova Constituição em 1988, a Constituição cidadã como é citada.

Todos nós sabemos, inclusive o senhor, que o projeto deste governo é desconstruir a Constituição Federal do nosso país. Esta desconstrução passa, principalmente, em acabar com a seguridade social do nosso país.

Então, como nós estamos falando da Previdência pública, nós estamos falando, também, da saúde e da assistência social e não do universo. A principal arrecadação da seguridade é da Previdência Social.

Nós devemos saber que esta proposta de reforma da Previdência social é o fim da Previdência pública, pois, na prática, é privatizar a Previdência pública. Esta é

uma proposta que vai buscar aniquilar inclusive todos aqueles serviços que são oferecidos pelo Estado. Isso precisa ficar claro.

Quanto ao segundo aspecto, é importante dizer que este é um projeto em um país com cerca de 210 milhões de sua população. Os estudos apresentam que cerca de 33 a 35 milhões conseguirão chegar à aposentadoria. Então, nós estamos falando de um sistema que é o principal sistema de distribuição de renda do país, num dos países mais desiguais do mundo.

Então, deputado Marcelo, a responsabilidade deste Congresso Nacional, em um ambiente político tão nervoso como estamos vivendo, numa realidade do ponto de vista da degradação social na qual o país está vivendo, e tratarmos as questões estruturantes da forma como estão sendo tratadas, como bolhas, é de uma responsabilidade muito grande deste Congresso, os passos que estão sendo dados.

Então o que está sendo dito é, exatamente, este apelo. Nós não podemos, numa conjuntura como esta, discutir uma reforma quando não se discute, efetivamente, o que se arrecada, mas se discute efetivamente aquilo que vai atingir os mais necessitados do nosso país.

Nós não podemos aprovar uma reforma que não deveria ser A Reforma, poderia ser O Reforma, porque ele é totalmente masculino, porque ele ataca principalmente as mulheres. Aqui, todos os elementos colocados e todos os números foram absorvidos. Nós estamos discutindo um projeto geracional. Aqui, nós estamos dizendo aos nossos jovens, aos nossos filhos e aos nossos netos que eles não vão ter direito às suas aposentadorias. É isso que estamos afirmando. Nós estamos dizendo que os nossos filhos e os nossos netos não vão ter direito à aposentadoria.

Por isso, nós fazemos um apelo a esta comissão para ela poder refletir, a fim de arquivar esta atual proposta.

Quanto aos parâmetros de discussão da Previdência social, esses não podem ser os parâmetros apresentados pelo atual governo.

Um forte abraço a todos vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Convido, agora, Cedro Silva, da CUT, para fazer uso da palavra, também, por, até, 3 minutos.

O Sr. CEDRO SILVA: Valeu, deputado Fabrício, em nome de quem eu saúdo todos os presentes nesta sessão especial.

Saúdo, também, o deputado federal Marcelo Ramos; agradeço a sua presença em nosso estado; e seja bem-vindo. Saúdo a minha deputada federal do coração, Alice Portugal. Saúdo Daniel Almeida, deputado retado, do coração também. Daniel, não fique com ciúmes não. Saúdo os meus companheiros sindicalistas da Mesa como Augusto, Emerson Gomes, Rui da APLB, Edjane, minha companheira e conterrânea do meu estado.

Queria saudar, também, Elisângela da Fetraf, essa minha guerreirona de 64 mil votos; quase chegou lá, não é, Elis? Saúdo Magno na plateia, Gazo, Santa Rita,

Boaventura do Sindvigilantes, na luta salarial. Gayoso do Sindpoc estava ali. Saúdo Itaparica do Sindiquímica; Bira, do Sinditicc, da Construção Civil. Saúdo a deputada estadual Fátima Nunes; Aladilce; companheira, negona, aqui, minha deputada estadual Olívia Santana. Aqui está mesmo repleto de deputados.

Mas, deputado Fabrício, Marcelo Ramos, recebi, do Sindiquímica, o jornal da categoria chamado *Grave*. Eles trazem uma sessão especial e diz como a Previdência é hoje, o que é que quer ser alterado, mas, também, traz propostas, Marcelo Ramos, traz propostas da classe trabalhadora. Ao final do pronunciamento, eu vou passar para suas mãos.

Mas eu queria dizer que a classe trabalhadora do estado da Bahia está nas ruas todos os dias fazendo a luta. A luta está na base dos trabalhadores. Todos têm uma preocupação muito grande e muito forte com esta reforma, a gente não vê e não consegue enxergar nenhuma vantagem para o trabalhador.

Estão falando da reforma da Previdência, aquilo que o trabalhador, após alguns anos de labuta, ele quer saber como vai ficar quando se aposentar. E, nesta reforma, infelizmente, a gente não consegue enxergar nada que seja bom para a gente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, a gente se manifesta contrário a esta reforma da Previdência. A gente já deu uma grande manifestação do que é ser contrário, como foi a manifestação do último dia 15. Somos contrários ao corte dos recursos da educação! E, no próximo dia 30, também, haverá uma nova atividade contra os cortes dos recursos da educação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Estamos seguindo nesta caminhada em defesa da democracia, do país, de mais inclusão social, de mais distribuição de renda, de mais geração de emprego com salários dignos. Portanto, é uma obrigação nossa construir a greve geral neste país para 14 de junho.

Deputado Marcelo Ramos, eu peço, ao senhor, bastante reflexão. Peço, ao senhor, analisar bem esta reforma previdenciária que querem fazer. Mas o senhor, hoje, já começa com um grande empecilho, pois 65% da população são contrários a esta reforma.

Há, também, Pinheiro, do Sindiquimica, aqui presente.

Então, o senhor é um parlamentar, é um deputado que fala pelo povo que te elegeu e fala pelo Brasil. Eu acho necessário fazer uma grande reflexão. Para isso, deve chamar os seus pares da comissão e dizer, também, que o povo, as pessoas, a classe trabalhadora, as centrais sindicais, acima de tudo, precisam ser ouvidos.

A gente tinha, antes desta discussão, o Fórum Nacional do Trabalho, que se debatia isso. Mas o governo Michel Temer acabou de uma hora para outra e continua inoperante com o atual governo.

Então, a gente pede, ao senhor, uma grande reflexão, pois é deputado de um grande estado, o estado do Amazona, que a gente conhece, um estado muito lindo, muito bacana. A gente pede que o senhor faça uma grande reflexão antes de meter a

mão na cumbuca de vez e com força nesta reforma da Previdência, pois, no dia seguinte, será um país dividido: os ricos, com mais de R\$ 400 bilhões em suas contas; e os pobres cada vez mais aprofundados na miséria.

Então não é este o país que nós queremos.

Eu tenho certeza de que o senhor, também, não quer um país assim.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra...

O Sr. CEDRO SILVA: Licença, deputado.

No dia 25 de maio, em Cícero Dantas, a deputada Fátima Nunes e a Central dos Trabalhadores convidam para um grande ato para falar da reforma da Previdência para aquela região. Não é deputada?

A Sr.^a Fátima Nunes: Do Sertão...

O Sr. CEDRO SILVA: Do Sertão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O.K.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra Emerson Gomes, representando a Força Sindical, durante 3 minutos.

O Sr. EMERSON GOMES: Gostaria, inicialmente, de saudar todos os meus companheiros e companheiras sindicalistas, rurais, urbanos, das mais diversas categorias importantes no processo de discussão.

Mas gostaria de saudar a Mesa na pessoa do nosso deputado estadual Fabrício, meu camarada de muitos anos de luta, desde a época do movimento estudantil.

Saúdo o deputado federal Marcelo, presidente da comissão que tanto tem a obrigação de ouvir os trabalhadores para que, de fato, esta reforma da Previdência não possa ser buscada, porque ela não pode atender aos anseios da sociedade brasileira.

Gostaria de dizer, claramente, que a proposta, feita pelo governo Bolsonaro, não atende, em momento nenhum, em suas linhas e entrelinhas do projeto, aos anseios dos trabalhadores brasileiros.

Este é um país que, ainda, não conseguimos regulamentar o trabalho penoso daqueles trabalhadores que trabalham sob o sol, sob o calor, em condições de poeira muito grande, como são os trabalhadores mineradores, os trabalhadores da minha categoria, trabalhadores na construção.

Diversos outros trabalhadores veem uma proposta que, ao contrário, retira a possibilidade, inclusive, dos trabalhadores rodoviários. Diversas outras categorias possuem condição diferenciada pela Previdência atual e serão prejudicados completamente ao ser retirados os diversos que cada categoria possui.

Esta reforma, claramente, deputados estaduais e deputados federais, ela é uma reforma que, claramente, não garante, às gerações do presente e do futuro, a sua

aposentadoria. Se querem fazer um debate sobre as necessidades econômicas que o país tem, chamem os trabalhadores e as centrais sindicais para discutir o tema.

No Brasil e no mundo, o movimento sindical, sempre, se colocou à disposição da sociedade para defender aquilo que é vital para toda as sociedades. Nós não defendemos a visão que este governo tem promovido, qual seja, a visão para atender aos interesses do capital e aos interesses dos banqueiros.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Portanto, se querem fazer isso, sentem com o movimento sindical!

Por isso, nós vamos dar a maior resposta da maior greve geral já promovida neste país a acontecer no dia 14, a fim de dizermos não à reforma da Previdência!

Estamos à disposição para defender aquilo que os trabalhadores e a sociedade brasileira precisam. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gente, já estamos terminando, quase nos finalmente.

Com a palavra, agora, o amigo Rui Oliveira, representando os professores do estado da Bahia, pelo tempo de 3 minutos. Depois, há mais duas falas e, em seguida, o relator. Após, haverá o encerramento.

O Sr. RUI OLIVEIRA: Bom dia a todos e todas.

Quero aqui parabenizar o companheiro e deputado estadual Fabrício pela iniciativa de abrir este debate.

Cumprimento o deputado federal Marcelo do Amazonas, presidente da comissão; a minha líder e deputada federal Alice Portugal; o deputado federal Daniel Almeida; e os demais deputados estaduais presentes. Alguns já saíram do plenário.

Gostaria de dizer, aos companheiros sindicalistas presentes, ser um prazer que este debate seja conduzido desta forma.

Em primeiro lugar, eu quero deixar registrado que, mesmo com todas as conveniências, com todos esses encaminhamentos de tentar poupar o trabalhador rural, tentar propor que o benefício vai ser retirado, que algumas questões relativas aos professores também, nós temos de dizer ao presidente da comissão que nós somos contra a reforma da Previdência e que ele arquive este projeto. (Palmas)

Este projeto não pertence ao conjunto dos trabalhadores do Brasil. Por isso, a gente quer fazer um apelo ao presidente Marcelo para ele ter sensibilidade. Presidente, eu vou falar, aqui, em nome do sindicato do seu estado. Eu sou secretário sindical nacional também. Vou falar pelo Sinteam, que é o sindicato lá do Amazonas. Eu sei que você fez história e precisa voltar para a história, não é? Precisa voltar!

Então quero dizer, presidente, que o que está sendo feito com a categoria da educação é injusto. Nós temos 4 milhões de professores e professoras no Brasil. O senhor, como sabe também, no Amazonas ou em qualquer estado, se o senhor tiver acesso à média das aposentadorias dos professores do Brasil, essa média é inferior a

dois salários mínimos. Inferior! Dos 4 milhões de professores, porque na sua terra, no Amazonas, nas suas cidades do Amazonas, a média salarial dos professores das prefeituras é 1,5 salário mínimo. É a média.

Quer dizer, nós somos os privilegiados? Por que não ir para cima de quem tem privilégio? Então eu quero dizer ser um absurdo vocês, deputados federais que votarão, irem de encontro à categoria da educação. Por quê?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir.

O Sr. RUI OLIVEIRA: Rapidamente, presidente.

Olha, os educadores têm aposentadoria especial, não porque eles queiram, mas porque é especial realmente. Na medida, Georgina, do Dieese, em que a reforma da Previdência propõe que uma professora se aposente com 40 anos de contribuição, V. Ex.^{as}, os deputados federais, estão votando contra a educação brasileira.

Quanto aos professores e às professoras do Brasil, deputado Fabrício, quando eles têm 20 anos de trabalho, eles vão contrair a Síndrome de Burnout. A Síndrome de Burnout, para quem não sabe, é uma depressão quando você perde toda a sua capacidade de elaboração e laboral de trabalhar. Como uma professora, com 25 anos de contribuição, vai passar mais 15 anos trabalhando e contribuição, chegando aos 65 anos de idade doente e depressiva?

Vocês, realmente, vão trair a educação neste Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): O penúltimo orador inscrito é o presidente da UGT, o amigo Magno Lavigne, que falará pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. MAGNO LAVIGNE: Bom dia a todos e todas.

Saúdo a Mesa na figura da deputada e querida amiga Alice Portugal, que fez aniversário por esses dias. Parabéns! Vida longa a esta deputada tão querida!

Gente, eu estava analisando a fala do relator da matéria, o deputado Marcelo Ramos. Quando eu vi o nome Marcelo Ramos, eu me lembrei de uma coisa. Eu não torço para o Bahia. Mas como eu sou baiano também, fiquei lembrando do artilheiro que tem, aqui, no estado e fiquei com vontade de que ele fizesse alguns gols para os trabalhadores. (Risos)

Mas, na verdade, o debate está errado, a forma com que eles estão debatendo a reforma da Previdência está de cabeça para baixo. A Previdência, no período do governo Lula, quando tinha pleno emprego chegou a ter *superávit* na conta primária, a questão se trata de a economia voltar a crescer para que os trabalhadores paguem suas contas, não é o contrário. (Palmas) Eles estão querendo nos colocar a culpa de um *déficit* fiscal de que nós não somos donos, nós não fizemos *déficit* fiscal. E aí, para poder piorar, eles ficam colocando um trabalhador contra o outro, dizem assim: “Servidor público é privilegiado”. Aí o trabalhador da iniciativa privada diz: “Mexer no servidor público”. O servidor público diz: “Eu não sou privilegiado, porque eu não

tenho fundo de garantia, eu não tenho nada”. Ou seja, ao invés de juntar os trabalhadores contra eles, juntamos os trabalhadores para brigar um com o outro.

Vamos cair nessa, gente? Vamos não. Nosso jogo é contra o governo Bolsonaro. E a verdade tem que ser dita. O governo fica se escondendo atrás da Câmara em relação a reforma da Previdência para não dizer que é um governo desastroso, para não dizer que é um governo que não fez nada a favor dos trabalhadores nem do povo brasileiro. É importante dizer isso com clareza, o governo Bolsonaro, desde que assumiu, só persegue e maltrata todos nós e ficamos pensando que o debate é servidor público contra trabalhador da iniciativa privada. Não é verdade, não é verdade.

Nós temos que jogar o jogo de frente, temos que botar os trabalhadores na rua. E aí o Cedro foi assertivo, aqui, quando disse que o importante são as mobilizações de rua, o importante para é apoiar o dia 30, vamos dobrar a quantidade de gente que colocamos na rua no dia 15, vamos fazer a maior greve geral da história deste país. E, dia 26, não vamos para a rua, não, gente. Dia 26, eles estão querendo inventar um manifesto para poder nos intimidar. O presidente Jair Bolsonaro puxou, agora, uma conversa de fechar o Congresso. Eu não vi os deputados federais, aqui, fazendo repúdio a isso, tem que repudiar, Alice Portugal, tem que repudiar, nossos deputados que estão aqui presentes, precisamos fazer um repúdio claro.

E, por fim, gostaria de deixar, aqui, a saudação da UGT aos professores das universidades estaduais que estão em greve. Os trabalhadores precisam apoiar esses professores e tentar sensibilizar o nosso querido Rui Costa, que esses trabalhadores não estão contra ele, não. Nós temos que mudar a forma com que os governos todos estão vendo os trabalhadores, porque a pancada sempre bate em nossas costas.

Muito obrigado. Greve geral dia 14, à luta, porque a unidade é a nossa única saída. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): A última oradora inscrita, a Sr.^a Ana Georgina, representando o DIEESE, pelo tempo de até 3 minutos, desculpe o tempo.

A Sr.^a ANA GEORGINA: Boa tarde a todos e a todas já. Gostaria de agradecer o convite do deputado Fabrício Falcão e parabenizar pela iniciativa. Parabenizar, também, o deputado Marcelo Ramos pela coragem de vir, pela disponibilidade de debater. No nome da deputada Alice Portugal, saúdo todas as mulheres presentes e no nome do deputado Daniel Almeida, todos os homens.

Bom, a questão boa de ficar por último é que tudo praticamente já foi dito, me sobra acho que pouco a dizer. Mas algo que eu acho que é de extrema importância e que temos falado pouco, mas que é extremamente delicado é a questão do custo de transição dessa proposta de reforma da Previdência. Caso essa reforma passe como está, com a capitalização individual como a forma de Previdência futura e com a possibilidade de mesmo nós, que estamos hoje no sistema de repartição simples, podermos migrar ou sermos migrados, já que os empregadores certamente não vão

querer pagar 20% de Previdência, sendo que você pode estar num regime de capitalização.

Inclusive, o próprio presidente da Comissão Especial falou, tocou na fala dele, em relação ao custo de transição, um número muito rápido. Caso isso aconteça e a capitalização seja aprovada junto com essa reforma, significa que nos próximos 30 anos nós precisaremos pagar R\$ 20 trilhões para fazer a transição do sistema de repartição simples para o sistema de capitalização. Por quê? Basicamente porque vários de nós ainda estaremos no regime de repartição e enquanto nós vivermos, ou os pensionistas que recebem pensões desse sistema, precisaremos ter honrados os nossos benefícios.

Então, você vai ter menos dinheiro ou quase nenhum dinheiro entrando no sistema de repartição, as pessoas capitalizando, e digo de passagem, várias pessoas deixando de contribuir, porque não terão capacidade contributiva, e isso nos próximos 30 anos significa que o governo vai desembolsar R\$ 20 trilhões. Ele louva uma economia de R\$ 1,2 trilhão, em 10 anos e em 30, ele gasta R\$ 20 trilhões. É o que a gente poderia chamar de economia de palito, principalmente partindo do pressuposto de que o governo vai pagar muito mais na transição para um sistema que não oferecerá nenhum tipo de proteção social. Deixa de ter a capacidade redistributiva na economia, deixa de ter esse papel, esse efeito, desprotege as pessoas a um custo que seria praticamente o dobro daquilo que o governo teria.

Para finalizar, gostaria de dizer o seguinte: muitas vezes as pessoas colocam essa reforma como inexorável, ou é ela ou não é outra. Obviamente que a Previdência precisa de ajustes, eu não diria nem que de reforma, mas não é essa. Há pouquíssimo tempo os trabalhadores representados pelas centrais sindicais apresentaram propostas muito consistentes de ajustes na Previdência que não significam de forma nenhuma redução de direitos de ninguém.

Então, dito isso nem que seja por uma questão meramente financeira e econômica, nós devemos pensar que essa reforma é contra o país.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Parabéns, Georgina, pela excelente fala. Desculpe ter sido um tempo corrido, porque a sessão começou com um certo atraso.

Quero aqui saudar o meu amigo, Dr. Carlinhos, maior especialista no Regimento desta Casa, nossa Constituição, nós, deputados, não conseguimos sentar nesta cadeira aqui e nenhum presidente sem ter o auxílio dele, há mais de 40 anos nesta Casa.

Vou passar aqui agora a palavra nos momentos finais ao nosso presidente da comissão, o deputado Marcelo, para ele dar algumas respostas e a gente poder encerrar a sessão, já agradecendo a visita do senhor e de todas as nobres pessoas aqui na Mesa. Com a palavra o deputado Marcelo.

O Sr. MARCELO RAMOS: Antes de começar aqui a responder a alguns questionamentos e fazer alguns comentários, quero primeiro renovar o agradecimento ao deputado Daniel Almeida, à deputada Alice, é uma alegria poder estar aqui e dividir este momento, e ao deputado Fabrício.

Quero pedir permissão a todos e a todas para registrar duas pessoas que têm uma passagem marcante na minha vida, o Marcelo Gavião, militamos juntos aí na juventude durante um bom tempo e o Boaventura, que está ali atrás, durante muito tempo eu fui advogado também do Sindicato dos Vigilantes, inclusive quando vivemos juntos uma tragédia do assassinato do presidente do sindicato. Uma alegria reencontrá-lo, dividir este momento com vocês.

Eu quero primeiro, rapidamente, pedir que todos entendam qual é o meu papel na comissão, eu não posso arquivar o projeto, essa é uma decisão... eu sei que para fins de retórica é bem legal, para quem fala, mas não me imputem essa responsabilidade, porque não é papel meu arquivar o projeto, na comissão, inclusive, eu nem voto, só voto se empatar, se Deus quiser não vai empatar e eu vou ter a minha decisão só no Plenário, quando a reforma já estiver temperada, equilibrada.

Deputado Daniel, deputada Alice são testemunhas que eu tenho procurado conduzir os trabalhos com equilíbrio, isso tem um preço, eu apanho dos dois lados (risos), mas tenho procurado seguir os trabalhos com equilíbrio, cumprindo o meu papel de moderação, tenho minhas convicções pessoais, não me afasto delas, em muitos temas nós convergimos, em outros nós divergimos, que bom que nós podemos viver num ambiente assim.

Eu vou fazer aqui alguns comentários pontuais. Primeiro, eu concordo que nós temos que cobrar todas as dívidas, é verdade, agora a cobrança das dívidas não é contraditória com a reforma, primeiro porque, como bem disse já a deputada Alice, uma parte da dívida é dívida podre e segundo porque a dívida é estática e o *déficit* é contínuo. Então, você pode até pegar a dívida, você vai pagar 2 anos do *déficit*, mas ele continuará sendo rolado para a frente.

Eu tenho muita preocupação, eu acho que foi o Augusto que falou disso, a deputada Alice também, com essa questão das desonerações, porque às vezes a gente fala de desonerações, a gente fala de reforma tributária, a gente fala de combate de subsídios como contraposição a uma reforma da Previdência e a gente esquece que o meu estado, o Amazonas, e que o estado de vocês, a Bahia, dependem de subsídios e desonerações para terem atividade industrial, dependem essencialmente. A reforma tributária que está lá, que é inspirada no Projeto Appy, lá da FGV de São Paulo, ela parte da premissa de que o Brasil é a Avenida Paulista, ela acaba com todas as desonerações e acaba com a possibilidade de os estados darem desoneração nos seus impostos estaduais, porque transforma num imposto único. A gente não está percebendo o quanto isso é perigoso para o Norte e para o Nordeste do país, nós vamos criar uma ilha de prosperidade no Sudeste e no Sul, cercado de um mar de miséria no Nordeste e no Norte do país. Então, nós temos que tomar muito cuidado, porque essa questão de combate à desonerações e subsídios pode ser um discurso contra nós mesmos, porque a Bahia e o Amazonas precisam de desoneração e

subsídios por uma questão geográfica, para conseguir ter atividade industrial, senão ela se concentra toda no Sudeste, onde está o mercado consumidor e onde a logística é muito mais consolidada.

Portanto, eu concordo com alguém que disse aqui que o que está em jogo é muito mais do que, simplesmente, reforma da Previdência. Eu tenho profundas contradições com esse governo, eu não votei no presidente nem no primeiro nem no segundo turno (palmas), então eu acho que nós temos um debate que tem que estar na pauta, que é o debate da defesa da indústria nacional. Nós estamos indo por um caminho de abertura comercial absurda e de combate a subsídios que vai gerar termos produtos mais baratos para ninguém comprar, porque nós vamos acabar com o emprego que é vinculado à indústria nacional. Nós temos que primeiro melhorar o ambiente de negócios, melhorar os índices de produtividade e competitividade do nosso país, aí, sim, nós podemos abrir o mercado para uma competição internacional.

Eu, inclusive, antes de tomar posse, escrevi uma carta ao ministro Paulo Guedes, quando ele disse que ia salvar a indústria nacional apesar dos industriais nacionais. E eu disse para ele: dê aos industriais nacionais o ambiente de negócios da China, da União Europeia ou do Paraguai, aqui ao lado, e aí você pode abrir e vamos ver quem é capaz de competir e quem não é. No ambiente de negócios que nós temos hoje é uma covardia com a indústria nacional e com o emprego dos brasileiros abrir para importação sem nenhum controle. Esqueci do Wesley, que está aqui também, meu amigo de longa data, me perdoe.

A deputada Alice, que fez uma fala mais incisiva, bem ao estilo dela que eu gosto, ela disse que na aposentadoria nós vamos tirar o direito do trabalhador depois que a capacidade dele de trabalho se extenua. E isso é verdade, isso é da lógica da aposentadoria, a aposentadoria é para ser concedida depois que a capacidade de trabalho se reduza significativamente ou se extenua, portanto, nós precisamos adequar o nosso sistema a isso.

Para não dar exemplo de vizinho eu vou dar um exemplo de dentro da minha casa. Eu tenho um irmão que é Delegado da Polícia Federal, é hoje chefe de gabinete do diretor-geral da Polícia Federal, por méritos dele, se nada mudar ele aposentar-se-á aos 48 anos, recebendo o teto do serviço público. Nós não podemos, eu acho que todo mundo concorda que isso precisa ser alterado. O Rio de Janeiro – e aqui a realidade não deve ser diferente, mas eu não vou usar exemplo daqui, porque não tenho – o Rio de Janeiro tem 1.600 coronéis da polícia na reserva aposentados, 1.600 que se aposentaram aos 48 anos recebendo o teto do serviço público e tem 600 coronéis na ativa. O cara vive mais tempo recebendo a aposentadoria integral do que ele viveu contribuindo com 11% sobre o valor do salário dele.

Essa conta não tem como dar certo, está aí o que aconteceu no Rio, quebrou! Nós precisamos fazer esses ajustes sem transferir isso, e aí eu acho que nós temos que ter muita sensibilidade do que é cortar privilégios, porque eu concordo que não dá para cortar privilégios atingindo quem ganha dois salários mínimos, não dá! Não é cortar privilégio e atingir quem ganha dois salários mínimos. Diante disso, aqui

alguém disse: “A pobreza envelhece”. E os dados do Regime Geral já confirmam isso, 82% dos beneficiários do Regime Geral recebem até dois salários mínimos.

E um outro dado significativo é o seguinte: a grande maioria já se aposenta por idade. A esmagadora maioria já se aposenta por idade, porque diferente do servidor público – e eu vou fazer um comentário aqui em relação à fala do nosso defensor – que tem certeza da aposentadoria, porque tem estabilidade no emprego, o servidor celetista trabalha um ano é demitido, fica um ano fora, volta, sai, volta, e geralmente, principalmente na baixa renda, ele primeiro chega na idade antes de chegar no tempo de contribuição, a grande maioria das aposentadorias mais baixas no Brasil são por tempo de contribuição. Eu concordo que a Previdência não é a única responsável, que o Brasil precisa enfrentar outras questões.

Os municípios recebem mais benefícios previdenciários do que FPM, se isso é uma realidade aqui na Bahia, que tem alguma atividade econômica no interior imagina no meu Amazonas que não tem atividade econômica nenhuma no interior e tem uma economia totalmente concentrada na capital e eu tenho absoluta sensibilidade para isso.

Foi trazida a questão do FGTS e todos que estão aqui na Mesa sabem que o FGTS surgiu para substituir a estabilidade no emprego que o servidor celetista tinha ontem, portanto, a comparação de “eu não tinha FGTS”, ela não é justa. Por que eu não tenho FGTS? Porque eu tenho estabilidade no emprego. O trabalhador celetista tem FGTS, porque não tem estabilidade no emprego, então, para que essa comparação seja feita ou o trabalhador celetista precisa voltar a ter estabilidade ou o servidor público precisa deixar de ter estabilidade, como não há clima nem para um nem para outro, não é? Nós precisamos reconhecer que essa comparação do FGTS ela não é cabida porque o FGTS é substituto da estabilidade, quem ficou com estabilidade não pode ter FGTS, é óbvio, não é?

Olha, a fala do Augusto, muito contundente, auditoria do lucro dos bancos, operações compromissadas e tudo mais, eu não estou aqui para fazer balanço da minha militância, das minhas opções políticas e nem para fazer balanço do que foi feito, mas nós estivemos juntos, porque fui durante quase todo o tempo dos governos da esquerda, ou do PT ou do PCdoB ou do PSB onde passei um bom tempo também e nós tivemos chances de fazer isso, se não fizemos é porque não é tão simples. Efetivamente eu sei que as esquerdas têm compromisso com isso, não fizeram não foi porque não quiseram fazer, foi porque a correlação de forças não permitiu fazer, porque não é tão fácil fazer, porque não é tão simples fazer. Então, eu não vou dizer: olha não fizemos, mas você também não fez. Não, não é fácil fazer, mas acho que isso é um tema que nós precisamos, como você bem disse, efetivamente enfrentar.

Capitalização. Eu sou contra, radicalmente contra, já disse isso em todos os cantos, esse modelo de capitalização proposto pela reforma. A capitalização é um cada um por si que não cabe num país tão desigual e de dimensões continentais, eu não posso pedir para cada um fazer a sua poupança sem contribuição patronal, isso é injusto, isso é desigual, isso é uma covardia com o povo brasileiro. E tem um outro problema mais grave, que a representante do DIEESE falou de transição, que eu

chamei de estoque, ficará um estoque no INSS e o custo desse estoque é o único número que o governo não abre, o único número da reforma que o governo não abre é esse, o custo do estoque. Por que? Porque a tendência é que o custo do estoque seja muito maior do que a economia feita durante o período, e quem vai pagar esse custo do estoque? A viúva, o Tesouro, não tem jeito, não tem outra fonte para pagar isso, se você vai continuar tendo aposentado e não vai ter mais contribuição, o *déficit* que é de R\$ 200 bilhões por ano vai virar do custo inteiro da aposentadoria. Então, não dá para dar um cheque em branco nessa questão da capitalização, a grande maioria dos partidos, inclusive, já se manifestou sobre isso.

Vou confessar, por uma questão de lealdade, de compromisso com a verdade, que gosto da ideia defendida pelo deputado Mauro Benevides Filho, que foi inclusive a proposta de Previdência da campanha do candidato Ciro Gomes, que é criar um colchão de repartição solidário e a partir daí cada um faz o que quer, se quiser receber um pouco mais, que é o que já existe, e que inclusive foi feito na reforma de 2013 com o fundo público, que é uma capitalização pública, que é o Funpresp. Eu confesso que gosto dessa ideia.

Estou caminhando para o fim aqui.

Trabalhador rural. Nós temos absoluta convergência, os partidos já se decidiram que não vão mexer no trabalhador rural e na idade mínima para mulher, já há um consenso em relação a isso por parte da maioria dos partidos. Eu até entendo o discurso de que não pode dividir o movimento, mas não vou deixar de defender que não mude nada para o professor, para o trabalhador rural e para BPC, porque também tem os outros. Vamos seguir lutando pelos outros, mas vamos resguardar a garantia do que já há um consenso, mais ou menos, para preservar, que é trabalhador rural, benefício de prestação continuada, idosos e deficientes de baixa renda e professores. Para isso já há, mais ou menos, um convencimento de preservar, e se não for aplicada a regra de aplicação automática da reforma aprovada na Câmara Federal para os estados e municípios, nós vamos excluir daí todos os servidores públicos estaduais, porque cada estado e cada município vai ter que fazer sua própria reforma.

Isso não é muito simples. Por que não é muito simples? Porque no final a conta sempre vai para o Tesouro da União. O Rio de Janeiro é prova disso, o Rio Grande do Sul é prova disso, Minas Gerais é prova disso. E qual é o problema? Os estados que têm Previdência saneada como o meu, Amazonas, Ceará não recebem nada, e a União pega dinheiro do Tesouro e coloca nos estados que quebraram as suas Previdências como o Rio de Janeiro, como o Rio Grande do Sul e como Minas Gerais, que são os estados mais ricos da federação por coincidência.

Então, nós precisamos fazer alguma coisa em relação aos estados e municípios, para acabar com essa contradição de quem cuida mal da sua Previdência ser beneficiado e quem cuida bem cuida bem ser punido. Isso não é razoável e não é sustentável.

Por fim, eu concordo que a economia precisa voltar a crescer, mas, na minha opinião, com toda humildade e sem querer ser o dono da verdade, a economia voltar a crescer não é contraditório com a necessidade de ajustes na Previdência por uma

questão simples. Vou abrir aspas para dizer o que disse à professora aqui: “Toda vez que a sociedade se modifica, o Sistema Previdenciário tem que se modificar. Se modifica a realidade etária, tem de modificar o Sistema Previdenciário, se modifica a realidade salarial, se modifica a realidade da quantidade de empregos e riquezas geradas, você tem que fazer ajustes na Previdência.”

Então, eu concluo dizendo isso. Entendo que o Brasil precisa fazer uma reforma da Previdência, mas ela precisa ser equilibrada de forma a ajudar no ajuste fiscal, sem atingir as pessoas mais humildes.

Tenho feito um esforço grande de ouvir todos com espírito democrático, republicano, conversado e transmitindo para o relator essas escutas que eu tenho feito Brasil afora, para que o trabalho possa ser um trabalho que efetivamente ajude para que o país saia desse período de paralisia e volte a andar para a frente, sem sacrifício das pessoas mais humildes.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Gostaria de saudar as presenças do deputado federal Pastor Sargento Isidório e do Pastor Isidório Filho, deputado estadual.

Quero agradecer ao deputado Marcelo que de forma coerente, lúcida esteve aqui no dia de hoje, tendo vindo à Bahia, mostrando respeito pelo nosso estado, pelo nosso Parlamento. Todos os deputados agradecem à sua pessoa, deputado.

Infelizmente, vivemos momento de exceção no país, de um governo que não respeita a soberania, não respeita a Constituição, a democracia, uma figura que não dialoga, não conversa, tudo que ele fala é através do ódio e sequer consegue colocar para discutir com a Casa do povo, que é o Congresso Nacional, aquilo que ele quer

Infelizmente teria como falar de mais pessoas aqui, mas o tempo se exaure. Quero solicitar que se coloque o Hino da Bahia, para podermos cantar todos de pé. E logo em seguida vamos declarar encerrada a presente sessão.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

Em nome da Assembleia Legislativa da Bahia, agradeço a presença de todos, das autoridades civis, militares, de todas as pessoas da sociedade civil e declaro encerrada a presente sessão.

Um bom dia a todos vocês. Muito obrigado por estarem na Casa do Povo.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.